Revista

FUTURO DO PRETÉRITO

NOV.2023 • VOL. 3 • NÚM. 5

FEUSP



Ensaio 1: “Pedro, já é meio-dia e meia”

Ensaio 2: “Entornos da EMEF Professor Paulo Freire e do Colégio Visconde de Porto Seguro: compreensões e olhares possíveis”

Ensaio 3: “Duas fotografias, dois tempos, muitas São Paulo”

Ensaio 4: “A cidade de São Paulo é acolhedora para autistas?”

Ensaio 5: “Uma monitoria, vários percursos e algumas reflexões”

Ensaio 6: “'Vila Iório das Tags': a presença das crianças nos muros e a produção de paisagens urbanas"

Contribuição especial da Prof. Márcia Gobbi e estudantes da FE.

ISSN 0026-7546

9 770026 754553

Futuro do Pretérito
(revista estudantil da FEUSP)
ISSN: 2675-455X
Publicação eletrônica (divulgação)
Quadrimestral

Imagem da capa
Créditos: arquivo pessoal de Beatriz Bitu Boss

Direção Editorial
Giulianna Ramalho Osteti (Alumni FEUSP)

Vice-direção Editorial
Beatriz Hitos Silva (Alumni FEUSP)

Conselho Editorial
Bianca dos Santos Lima (FFLCH/USP)
Carlos Eduardo Xavier de Souza (FEUSP)
Dayane Costa da Silva (FEUSP)
Gabriel Lisboa da Silva (FEUSP)
Rani Beatriz Cruz Evangelista dos Santos (FEUSP)

Redatores
Amanda Cristina de Oliveira
Elisabete Sanches Alcântara
Gisele de Castro Silva
João Victor Nunes Rosa
Ketlyn Araújo
Leila Santana Passos
Leilane Mayara Lisboa
Maria Julia Rodrigues

Revisão
Fabiana do Amaral Godioso (FEUSP)
Giovana Luíza Carneiro (FEUSP)
Júlio César da Silva Mendes (Alumni FFLCH/USP)
Leilane Mayara Lisboa (FEUSP)
Maria Luíza Gutierrez de Camargo (FEUSP)
Nickolas de Angelo Sugarava da Silva (FFLCH/USP)
Rebeca Alves Farias (FEUSP)
Tânia Pasqualucci (FEUSP)
Valentina Nicolino Pereira (FFLCH/USP)

Diagramação
Ana Beatriz Pires de Assis (FEUSP)
Ana Larissa Porto Leite (FEUSP)
Bruna Biselli Moraes (FEUSP)
Juliana Leandra Silva de Oliveira (FEUSP)
Luiz Henrique do Nascimento Martins (FEUSP)
Michele Campos Silva (FEUSP)
Samira Kamel Sakr (FEUSP)

Assessoria de Imprensa e Comunicação
Gabriela Bastos Mellone (FEUSP)
Maria Eduarda Flores (FEUSP)
Juliana Leandra Silva de Oliveira (FEUSP)

Apoio e Fundação
Millena Miranda Franco (Alumni FEUSP)
Giulianna Ramalho Osteti (Alumni FEUSP)

Colaboração
Comunicação e Mídia da FEUSP
Direção da FEUSP

Universidade de São Paulo
Reitor Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Educação
Diretora Profa. Dra. Carlota Boto
Vice-Diretor Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto

Avenida da Universidade, 308
Cidade Universitária - Butantã
05508-040 - São Paulo - Brasil

Escreva para a revista Futuro do Pretérito
revista.futuro.preterito@gmail.com

Visite nossa página: http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
Fone : (11) 9 4545-2192

• As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão do corpo editorial da revista Futuro do Pretérito.

• Visando uma comunicação inclusiva e respeitosa com a identidade de gênero des leitores, a revista utilizará linguagem neutra.

FUTURO DO PRETÉRITO
FEUSP

DEDICATÓRIA

"Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo." (Paulo Freire)

Laureane Marília de Lima Costa foi capa da nossa edição de março, quando nos concedeu uma entrevista sobre a educação da pessoa com deficiência, objeto de sua pesquisa de doutorado na FEUSP.

Dedicamos esta edição à memória de Laureane, como forma de celebrar a sua existência e agradecer por suas contribuições à comunidade FEUSP.

Laureane transformou o mundo.

AGRADECIMENTOS

Expressamos nossa profunda gratidão à **Professora Márcia Gobbi e aos estudantes da disciplina "Apropriações do Urbano: A Cidade Pelas Lentes e Traços das Crianças"** pela inestimável contribuição à 13ª edição da Revista Futuro do Pretérito. Sem dúvida, os ensaios produzidos ao longo do curso e compartilhados conosco enriqueceram de maneira significativa o nosso trabalho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Estamos muito felizes por estar aqui! Esta é a primeira revista feita por estudantes na história da FEUSP! Saiba mais...

07

11

PEDRO, JÁ É MEIO-DIA E MEIA

ENTORNOS DA EMEF PROFESSOR PAULO FREIRE E DO COLÉGIO VISCONDE DE PORTO SEGURO: COMPREENSÕES E OLHARES POSSÍVEIS

23

33

DUAS FOTOGRAFIAS, DOIS TEMPOS, MUITAS SÃO PAULO

SUMÁRIO

A CIDADE DE SÃO PAULO É ACOLHEDORA PARA AUTISTAS? 46

56 UMA MONITORA, VÁRIOS PERCURSOS E ALGUMAS REFLEXÕES

"VILA IÓRIO DAS TAGS": A PRESENÇA DAS CRIANÇAS NOS MUROS E A PRODUÇÃO DE PAISAGENS URBANAS 62

71 HORA DA DESPEDIDA/PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5 : P.7

APRESENTAÇÃO

INFÂNCIAS, CIDADE E EDUCAÇÃO: apropriar-se do tema e refletir, entre outras coisas, sobre e com a escola

Marcia Gobbi
Leila Santana Passos
Marina Frignani
Yasmin Hagopian da Costa Crespo

Vamos subtrair um tiquinho do tempo destinado à leitura deste dossiê apenas para chamar a atenção para seu conteúdo cuja temática e artigos escritos têm como origem uma das várias disciplinas do curso de Pedagogia, qual seja, Apropriações do Urbano: a cidade pelas lentes e traços das crianças. Nele, não se somente os traços das crianças, quando entendidos estritamente como produções plásticas. Estão como marcas presentes nas reflexões suscitadas em debates feitos no conjunto de aulas ao longo de um semestre, em 2024, quando conjugávamos o urbano com as infâncias em que as crianças o produzem cotidianamente, participando da produção da cidade e seus espaços como obras, também por suas mãos e de corpo inteiro, mesmo quando afirmamos sua invisibilidade, num mundo que tem sido frequentemente produzido entre ruínas, das quais as crianças, desde bebês não escapam. São alvos de discussões sobre direitos à vida em forma ampla, e também alvos de muitas “ações do Estado”, sobretudo as negras e moradoras de favelas, o que demanda sermos incansáveis nos debates que visem alterar estruturalmente essas condições o que se faz também com elas.



REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5 : P.8

Estudamos o urbano percebendo suas disputas naturalizadas vagarosamente por muitas de nós. Cidade que é feita mercadoria, em que, devido a interesses econômicos alguns aguardam ávidos pela valorização do metro quadrado de terra. Décadas atrás o antropólogo Claude Levi-Strauss escrevia sobre São Paulo/Brasil afirmando que lhe chamava a atenção não o aspecto novo de determinadas construções, de fato novas, (ele estava escrevendo e viajando na década de 1930), mas os estragos precoces vistos. Essa observação o fez afirmar que aqui tudo parece construção, mas já é ruína (p.92). Ao ler e produzir pensamentos em aulas, ficamos pensando nas ruinas do tempo em que estamos e que parecem cada vez mais intensas e frenéticas imprimindo uma fugacidade sem conservação, cuja memória se esvai sem nem sabermos o que era. Quando vimos, já foi! E é praça que some, shopping que se ergue e edifícios que disputam cada palmo do céu que já não se vê, exceto pelas frestas, isso para escrevermos o mínimo, pois debaixo deste mesmo céu são tantas pessoas que o têm como única forma de teto. Um teto fluido que se esvai em água fria esguichada, bombas que fazem lacrimejar e atingem a imensa população de rua, onde as crianças, desde bebês, também estão. De que lado estamos?

Ruínas também do mundo e no mundo em que vivemos e que nos aproximam de mais um fim de mundo, como diria Ailton Krenak, já tão conhecido, e que bom. Seus pensamentos somam-se aos de Eduardo Viveiros de Castro e têm sido bastante difundidos. Trata-se de algo fundamental para pensarmos em nós como humanidade que aquiesce diante desse fim e corresponde, cada grupo e pessoas a seu modo, às égides do capital que nos transforma em ruinas e a tudo que toca, de formas distintas. Há uma finitude do planeta, que é nossa, e que por vezes não percebemos, ou fazemos crer que não é bem assim. O futuro, que foi destituído de tantas pessoas, jovens e crianças, parece não importar.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5 : P.9

E é no Futuro do Pretérito, onde temos alguns artigos sobre crianças em diferentes lugares da cidade. Cultivar o olhar para ver e problematizar o visto, a chamada imaginação sociológica, (carecemos de conjugar imaginação e política!) levou-nos a produzir alguns pensamentos no intento de desnaturalizar o cotidiano, por vezes hostil e duro, injusto e de tantas misérias, e que pode – e deve – ser transformado.

Temos nesse dossiê, pequenas reflexões produzidas por estudantes que optaram por tê-los publicados de modo a multiplicar pensamentos e provocar outros e outros e outros. Feitos após um período em que nos pegávamos pensando para onde o mundo ia, para onde as crianças iriam, se havia comida para todas as pessoas no prato, se sobreviveríamos a mais uma forma de genocídio, nos deparamos com outras questões: e agora? Na formação de professoras e professores no presente que também gesta o futuro, os debates e as visadas nas e desde dentro das escolas, desde as creches, são fundamentais de modo a contribuir com a ampliação de formas de olhar o mundo e nele agir.

Entre os ensaios produzidos temos: Duas fotografias, dois tempos, muitas São Paulo, escrito por Leilane Mayara Lisboa e Ketlyn Araújo, feito a partir da relação estabelecida entre fotos de Vincenzo Pastore (1910) e o projeto Motoca na Praça, realizado por professoras da EMEI Armando Arruda, da Praça da República, em São Paulo. Encontramos também uma pertinente reflexão sobre a cidade inóspita para crianças autistas no ensaio A cidade de São Paulo é acolhedora para autistas? Escrito por Elisabeth Sanches Alcântara, provoca-nos a pensar desde o barulho até as relações agressivas com que tratamos crianças, crianças autistas e a nós mesmas, na cidade cujos barulhos e ruídos resultam do projeto que diz há décadas que São Paulo não pode parar. Em Pedro, já é meio-dia e meia, João Victor Nunes Rosa discorre a partir de suas memórias de criança na cidade mineira de Cambuí, em que uma criança cria espaços nas ruas cavando em fissuras por onde circular.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.10

Gisele de Castro Silva observa na prática de professora os entornos de bairros em que duas escolas, pública e privada, produzem e são produzidas pelas crianças que as frequentam como estudantes, as compreensões possíveis para diferenças de classe e vida figuram entre as reflexões da autora. Finalizamos com as "tags" da Vila Iorio, zona norte de São Paulo, em produções no mínimo ainda inusitadas do público comum. São as produções imagéticas, como tags, deixadas nos muros da São Paulo evidenciando outras produções de paisagens urbanas, pelas mãos e traços das crianças. O texto foi escrito por Amanda Cristina de Oliveira e Maria Julia Rodrigues.

Finalmente, em relato de uma monitora encontramos a ocupação do lugar de monitoria durante as aulas desta mesma disciplina. Leila Santana Passos coloca-se junto às reflexões suscitadas ao longo das aulas, ao mesmo tempo distanciando-se e participando.

Fica a dica para as leituras, sugestões e construções possíveis, tão urgentes nesse mundo.



REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.11

"PEDRO, JÁ É MEIO-DIA E MEIA"

João Victor Nunes Rosa

INTRODUÇÃO

A princípio, a escolha da temática deste ensaio partiu de uma experiência extremamente pessoal. Natural de Cambuí, pequena cidade do interior de Minas Gerais, faço parte da configuração tradicional da família brasileira de classe baixa, com dois irmãos, e ambos pais trabalhando em horário comercial. Assim, como irmão mais velho, fui responsável por levar e buscar meu irmão de 8 anos da escola. Portanto, neste ensaio pretendo investigar esse pequeno trajeto, de cerca de 8 minutos de caminhada, que fazíamos diariamente, buscando compreender o comportamento e as formas de apropriação da criança na rua. Além do referencial teórico de autores especialistas na relação infância-cidade — como Jane Jacobs, Francesco Tonucci e Márcia Gobbi —, foi utilizado o desenho sobre fotografia como forma de reviver e transmitir a memória.

CAMBUÍ: O PEDAÇO MAIS QUERIDO DO SUL DE MINAS



Figura 1 - Mapa de contextualização urbana de Cambuí.

Figura 1- Fonte: Elaboração própria com base no Google Earth.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.12

Relatada no hino municipal como pedaço mais querido do sul de Minas, Cambuí é uma pequena cidade no interior do estado de Minas Gerais, embora esteja mais próxima geograficamente de São Paulo (150 km) do que da capital mineira (420 km). Entre as reentrâncias formadas por vales e colinas da Serra da Mantiqueira, acomodam-se cerca de 30 mil moradores, dando-a o posto de uma das maiores cidades da região. Reconhecida como "terra do virado de banana", sua economia é historicamente baseada na agropecuária e no pequeno comércio. Entretanto, é possível observar uma tendência de formação de um incipiente polo industrial nas proximidades da Fernão Dias, que também se tornou um eixo de espraiamento da mancha urbana.

A partir disso, pode-se categorizar Cambuí como uma típica cidade brasileira interiorana, cujo afastamento do caos urbano das grandes metrópoles lhe atribui um caráter bucólico e monótono, onde nada acontece (ou aparenta acontecer). Logo, torna-se um interessante objeto de estudo, já que os estudos urbanísticos debruçam-se mais latentemente nas aglomerações urbanas de maior escala.

O BAIRRO JARDIM SÃO BENEDITO

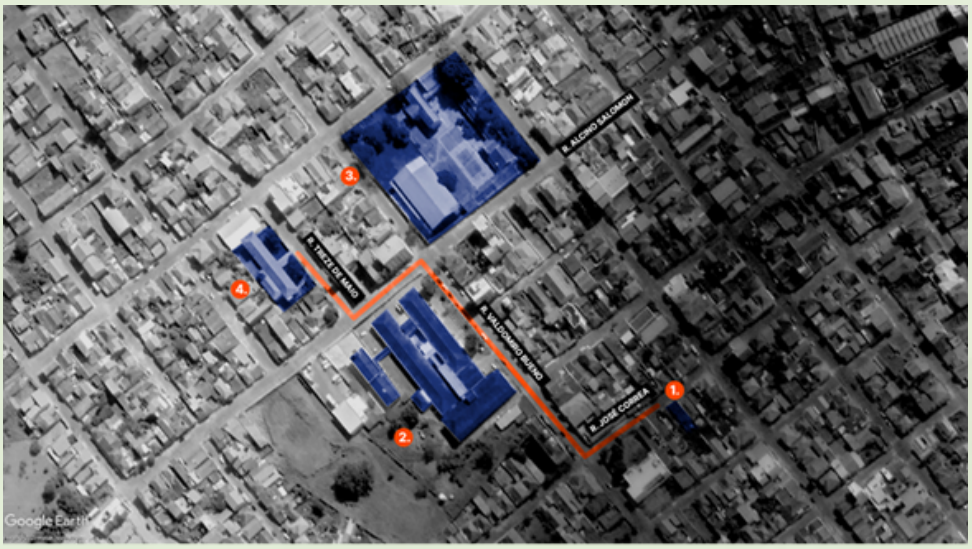


Figura 2 - Mapa de contextualização urbana do Bairro Jardim São Benedito.

Figura 2- Fonte: Elaboração própria com base no Google Earth.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.13

Aproximando a escala, o trajeto é realizado dentro do bairro Jardim São Benedito. Embora essa área urbana ainda possua caráter majoritariamente residencial de pequeno porte com alguns pontos de comércios locais de abastecimento próprio do bairro, a relativa proximidade ao centro comercial e administrativo do município (cerca de 15 minutos de caminhada no sentido noroeste da Rua Alcino Salomon) induziu o estabelecimento de certos equipamentos públicos que dinamizam a vivência cotidiana na região.

Como pode ser observado na figura 2, o trajeto de caminhada é realizado em um corredor de equipamentos públicos, formado pelo Hospital Ana Moreira Salles, a Escola Estadual Antônio Felipe de Salles[1], e o ponto de destino, a Escola Municipal Coronel Juca Pinto[2]. É notório que a presença desses equipamentos promove uma diferente configuração ao bairro. Isso pode ser observado pelo tipo de comércio, que se molda às especificidades dos transeuntes que por ali passam. Enquanto lanchonetes e bombonieres orbitam as escolas buscando cativar crianças famintas por doces, ao redor do hospital estão três casas funerárias esperando pela morte.

Dessa maneira, ao contrário do que se pode pensar à primeira vista, esse trajeto curto no miolo de um bairro residencial de uma cidade pequena encontra-se longe de ser monótono, especialmente para uma criança.

8 MINUTOS ENTRE A RUA JOSÉ CORREA E A RUA TREZE DE MAIO

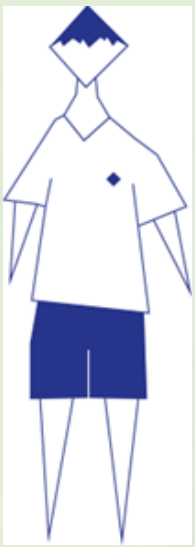


Figura 3 - Pedro Enrique em seu uniforme.[5]

2- Oferece turmas do ensino fundamental II ao ensino médio, atendendo em média 920 alunos. Dados do Portal Escolas. Disponível em: <https://www.escol.as/145732-ee-antonio-felipe-de-salles>.
3- -Oferece turmas da educação infantil ao ensino fundamental I, atendendo em média 390 alunos. Dados do Portal Escolas. Disponível em: <https://www.escol.as/145733-em-cel-juca-pinto>.
Figura 3- Fonte: Elaboração própria.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.14

Antes de tudo, o protagonista desse relato deve ser apresentado devidamente. Pedro Enrique — sim, Enrique sem H mesmo — é um menino de 8 anos, o mais novo de um trio de irmãos com idades bem espaçadas entre si, e estudante da Escola Municipal Coronel Juca Pinto. Como irmão mais velho, comecei a ser responsável por levá-lo para escola no final da pandemia de COVID-19, porém ainda o levo quando estou de férias da faculdade. Mesmo com o passar dos anos, a rotina permaneceu praticamente a mesma. Enquanto preparo o almoço, Pedro toma seu banho demorado, pois gosta de brincar com a água, mesmo que odeie lavar o cabelo. Após chamá-lo algumas vezes, ele finalmente sai do banho e vai almoçar. Então, com muito esforço, convenço-lhe a ir escovar os dentes. Novamente, é uma tarefa demorada, então preciso reforçar: "Pedro, já é meio-dia e meia!". Só assim ele se apressa, coloca sua mochila do Homem-Aranha nas costas e finalmente saímos para a caminhada até a escola.



Figura 4 - Transição entre casa e rua.[6]

Ao passar por esse portão gradeado, típico de locais onde a insegurança urbana ainda não chegou de forma tão latente a ponto de erguer muros, adentra-se em outro tipo de território. De acordo com Jane Jacobs, as ruas e calçadas são os órgãos mais vitais de uma cidade, pois são seus principais locais públicos (JACOBS, 2011, p. 23). Nesse sentido, a relação com o entorno é essencial para a construção de sujeitos e relações sociais (GUIMARÃES, 2019, p. 317). Todavia, sendo a urbanização um fenômeno de classe social,

Figura 4 - Fonte: Elaboração própria.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.15

o entendimento do papel transformador de corpos infantis no território urbano ainda é invisibilizado, pois sua produção não ocorre de forma lucrativa (GOBBI, 2018, p. 12). Em contrapartida, ao longo desse pequeno trecho de 400m será possível observar várias pequenas apropriações e interações de uma criança com a cidade, colocando-a como uma das interventoras e produtoras desse espaço**.**

> A rua, pois, não se restringe a uma representação. Mas tampouco é apenas onde a vida social se dá. Trata-se de um espaço definido, que se produz socialmente por intermédio, entre outros, dos padrões de convivência social dos não-transeuntes aqui discernidos. É inevitável relembrar a noção do espaço como "conjunto de relações" socialmente produzidas que interfere de modo simultâneo nas relações econômicas e sociais. (FREHSE, 2013, p. 20)

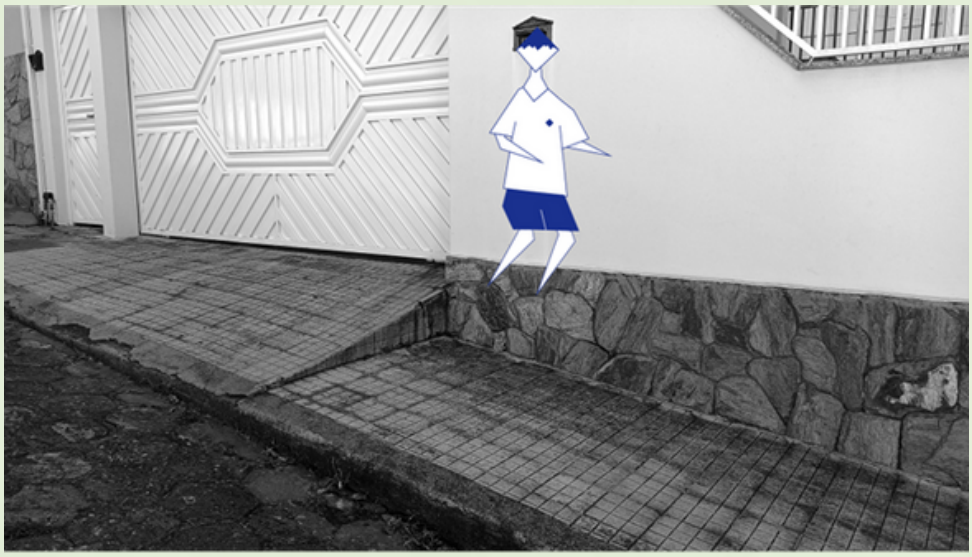


Figura 5 - Salto no desnível da rua.

Como mencionado anteriormente, Cambuí está situada entre os relevos da Serra da Mantiqueira e, consequentemente, suas ruas são marcadas por subidas e descidas constantes. Assim, logo ao sair de casa, uma ladeira já se impõe como desafio a ser ultrapassado. Cabe lembrar que, a urbanização brasileira é caracterizada pelo desfoque entre o público e o privado, tendo como exemplo disso o avanço das rampas de garagem nas calçadas. Entretanto, essa dificuldade de locomoção do pedestre, somada à topografia de

Figura 5 - Fonte: Elaboração própria.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.16

morros, é transformada pela criatividade e passa a ser um patamar de saltos, onde o microssegundo que Pedro paira no ar faz com que ele se sinta invencível ao desafiar a gravidade.



Figura 6 - Trono público[8]

Cansado da subida e dos saltos, Pedro senta-se no banco de uma das três funerárias da região. Um banco de ardósia posto no meio da calçada, novamente tensionando o limite entre público e privado. Mesmo que posto possivelmente para uso dos frequentadores do estabelecimento, ainda assim Pedro sente-se convidado a fazê-lo de seu trono, já que o encara como elemento público por estar no espaço da rua.



Figura 7 - Árvores do hospital

Figuras 6 e 7 - Fonte: Elaboração própria.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.17

Aproveitamos o pouco tráfego e atravessamos a rua para o lado do hospital. A calçada não é generosa e precisamos caminhar em fila, pois disputamos o espaço com as árvores plantadas próximas ao leito carroçável; árvores essas que, na primavera, tornam-se coloridas e atraem a percepção das crianças — agora no plural pois é um comportamento mais generalizado — e colhem as flores para presentear as figuras femininas que as acompanham, sejam elas mães, avós ou jovens irmãs que já estão incubidas do cuidado dos pequenos.



Figura 8 - Rua enquanto espaço de encontro

Ao nos aproximarmos do entroncamento das vias, o tráfego de transeuntes fica mais intenso e mais diverso. São crianças menores indo para escola sozinhas ou acompanhadas, pacientes e visitantes do hospital, trabalhadores em horário de almoço, grupos de pré-adolescentes caminhando para a Escola Estadual Antônio Felipe de Salles: todos ocupam o mesmo espaço. Como se espera de uma cidade do interior, alguns desses transeuntes já possuem laços, sendo possível ouvir os cumprimentos entre eles. Pedro, não se diferenciando desse comportamento, também aponta e conversa com seus amigos da escola.

Figuras 8- Fonte: Elaboração própria.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.18

> "A cidade é, pois, um espaço multicultural, é o lugar da copresença, da coexistência. Nessa compreensão de cidade, sua realidade e projetos, há de se fazer distinção entre os diversos grupos, seus desejos, anseios, rotinas, estilos e a desigualdade de participação social." (CAVALCANTI, 2013, p. 77 apud GUIMARÃES, 2019, p. 323)

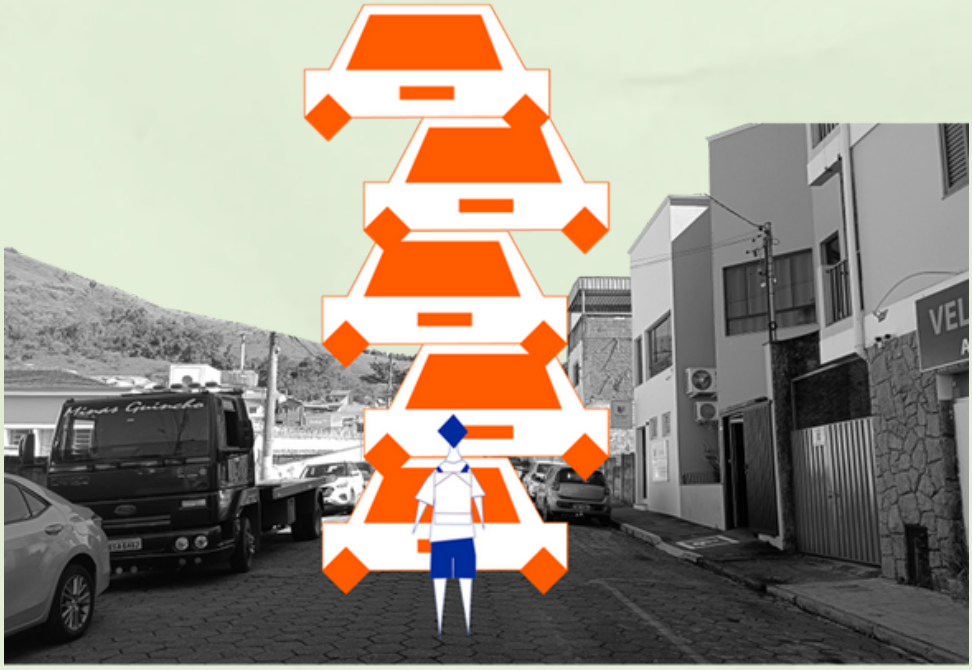


Figura 9 - Empilhamento de carros

Embora sejam apenas 7 metros, há dificuldade em se atravessar a Rua Alcino Salomon pois não há faixa de pedestre e o tráfego de veículos é mais intenso por ser uma via que liga a região ao centro do município. É notório que a ascensão dos carros particulares implicou na menor permanência da criança nas ruas, pois estes oferecem risco a sua integridade física (GUIMARÃES, 2019, p. 320). Muito desse tráfego de veículos é composto, ainda, por crianças em seu caminho para escola. Embora o trajeto possa ser parecido, crianças que caminham possuem maior mobilidade autônoma e, consequentemente, outra relação de apropriação do meio urbano (GUIMARÃES, 2019, p. 319).

Figuras 9 -Fonte: Elaboração própria.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.19

> “Pode sair", dizem as mães nas cidades, "mas fique na calçada". Eu mesma digo isso a meus filhos. E com isso queremos dizer mais do que "não vá para a rua porque lá há carros". (JACOBS, 2011, p. 43)



Figura 10 - Olhos da rua

Após alguns segundos esperando para atravessar a rua, o outro lado se apresenta de maneira acolhedora, pois possui um corredor de estabelecimentos de comércio e serviço voltados para a rua composto por uma lanchonete, outra casa funerária, um cursinho pré-vestibular e um bar de esquina. Como elaborado por Jane Jacobs, os trabalhadores e frequentadores desses pequenos comércios de bairro acabam atuando como “olhos da rua”, garantindo mais segurança e a coletivização do cuidado com a infância, esse último ainda mais intenso em pequenos municípios onde há mais proximidade e intimidade entre os habitantes.

> O requisito básico da vigilância é um número substancial de estabelecimentos e outros locais públicos dispostos ao longo das calçadas do distrito; deve haver entre eles sobretudo estabelecimentos e espaços públicos que sejam utilizados de noite. Lojas, bares e restaurantes, os exemplos principais, atuam de forma bem variada e complexa para aumentar a segurança nas calçadas. (JACOBS, 2011, p. 26)

Figuras 10 - Fonte: Elaboração própria.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.20

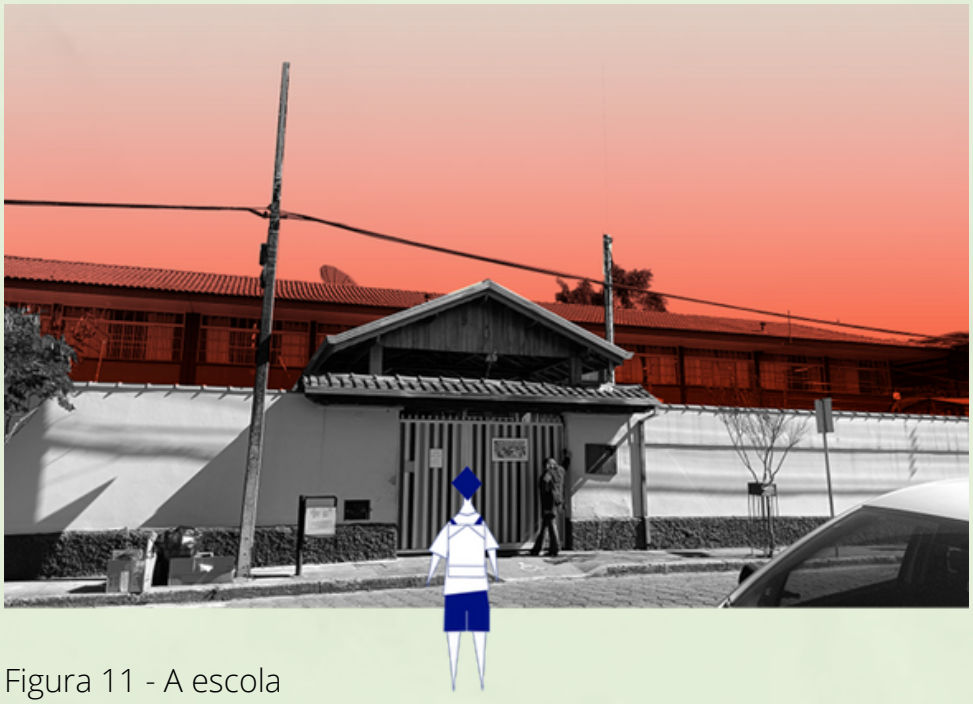


Figura 11 - A escola

Ao virar a esquina do bar, o ruído característico das mochilas de rodinha deslizando no piso intertravado da rua e os gritos de brincadeiras evidenciam a proximidade da escola. Pedro é recebido pelo porteiro que o cumprimenta, reconhecendo somente as crianças que por ali entram como também seus acompanhantes. Assim como os outros adultos que observam as crianças entrarem pelo portão, volto para casa para retomar meus afazeres e esperarei para retomar esse mesmo trajeto em algumas horas.

Figuras 11- Fonte: Elaboração própria.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.21

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 12 - Mapa-resumo

Em suma, um trajeto curto dentro do miolo de um bairro residencial de uma cidade pequena, embora não apresente nada de extraordinário, torna-se excepcional a partir da inventividade do imaginário infantil quando posto em protagonismo. Dessa maneira, a rua põe-se como palco de encontro, cidadania, brincadeira e experiência a partir da apropriação e presença de todos que por ali passam cotidianamente.

> A criança vive na brincadeira experiências raras na vida do homem, como a de confrontar-se com a complexidade do mundo. Ela vive com toda sua curiosidade, com tudo o que sabe e pode fazer, e com tudo o que não sabe e quer saber, na frente do mundo com todos os seus estímulos, suas novidades, seu charme. E brincar significa esculpir um pedaço deste mundo o tempo todo: uma peça que incluirá um amigo, objetos, regras, um espaço para ocupar, um tempo a ser administrado, riscos a tomar e com total liberdade, porque o que você não pode fazer, você pode inventar. (TONUCCI, 2020, p. 241)

Figura 12- Fonte: Elaboração própria com base no Google Earth.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL.3 - N.5: P.22

Portanto, a construção coletiva da cidade — em seus aspectos urbanísticos, econômicos, sociais e culturais — deve considerar devolver a cidade para as crianças, pois uma cidade acessível para as crianças também é uma cidade acessível a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREHSE, Fraya. A rua no Brasil em questão (etnográfica). Anuário Antropológico, n. v.38 n.2, p. 99–129, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/572>. Acesso em: 7 jul. 2023.

GOBBI, Marcia Aparecida. Entre a casa, a rua e a escola: o que o menino viu? Itinerários de uma criança em São Paulo. Revista Teias, v. 19, n. 52, 2018. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/31122>. Acesso em: 8 jul. 2023.

GUIMARÃES, Iara Vieira; LOPES, Jader Janer Moreira. As experiências espaciais das crianças no espaço urbano. Educar em Revista, v. 35, n. 73, p. 307-325, 2019.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

TONUCCI, Francesco. O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. Práxis Educacional, v. 16, n. 40, p. 234, 2020. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6897>. Acesso em: 7 jul. 2023.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV.2023 - VOL.3 - N.5 P.23

ENTORNOS DA EMEF PROFESSOR PAULO FREIRE E DO COLÉGIO VISCONDE DE PORTO SEGURO: COMPREENSÕES E OLHARES POSSÍVEIS



Gisele de Castro Silva

Ao andar pelas ruas de São Paulo, é possível notar características da desigualdade social através da estruturação do local em que você está. Nos últimos anos, a comparação entre os bairros do Paraisópolis e do Morumbi cresceram consideravelmente após a famosa fotografia que destacava a diferença social, apenas alguns metros de distância, entre uma favela e um condomínio. Essa diferença não é incomum nos bairros de São Paulo.

Pessoalmente, essa discrepância de vida dos bairros Paraisópolis e Morumbi eram ainda mais intrigantes, pois estudei por muitos anos no bairro Paraisópolis e, atualmente, trabalho no Morumbi. Além disso, ainda passeio constantemente pelas ruas de Paraisópolis.

Caminhando pelas ruas de ambos os os bairros, refleti sobre como seria andar por ali sendo uma criança. Por este motivo, escolhi duas escolas nesses dois bairros tão próximos, mas tão diferentes, para analisar a região ao redor e o que uma criança poderia encontrar no caminho. A intenção é observar o entorno dessas escolas e o que ele pode nos dizer em relação ao direito da criança à cidade. Pretendo discutir o que pode ser encontrado. Existem calçadas, ruas asfaltadas, faixas de pedestres? Além disso, há locais adequados para brincar?

Os bairros de Paraisópolis e Morumbi são predominantemente áreas residenciais. Como resultado, os espaços em torno das escolas refletem, em sua grande maioria, os ambientes frequentados pelas crianças durante seus períodos não escolares.

O entorno das escolas é importante para o aprendizado das crianças. De acordo com Horn (2007), o ambiente nunca é neutro, podendo exercer influência tanto positiva, quanto negativa na aprendizagem, dependendo das estruturas espaciais presentes. Por este motivo, torna-se relevante o estudo desse espaço ao entorno.

Tonucci (1997) também reafirmava a importância de uma cidade construída não

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV.2023 - VOL.3 - N.5 P.24

só pensando nas crianças, mas também levando em consideração suas vozes e opiniões.

Para se expressar, a criança deve ser capaz de raciocinar sobre coisas que conhece diretamente, que fazem parte de sua vida. Eles não podem dar seu ponto de vista sobre a história distante ou sobre países e problemas que não conhecem, mas sobre a vida no bairro, na cidade em que vivem, sobre suas necessidades, sobre seus desejos. (TONUCCI, 1997, p. 18)

Logo, considero relevante esta observação do que está em volta das escolas nesses bairros, mais especificamente das duas escolas escolhidas. Estas, que servirão como ponto de partida, são a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professor Paulo Freire e o Colégio Visconde de Porto Seguro, localizadas nos bairros Paraisópolis e Morumbi, respectivamente.

Essas duas instituições de ensino foram selecionadas devido à sua localização central nos respectivos bairros, além de oferecerem aulas para o ensino fundamental. Portanto, são escolas de crianças na faixa etária de 6 a 9 anos. É importante ressaltar que as escolas foram escolhidas como pontos de partida apenas para fins de observação, não sendo relevante fornecer dados específicos sobre o ensino. Não tenho a intenção de realizar comparações entre essas escolas, mas sim de examinar ao redor delas.

Para me auxiliar nas análises, irei utilizar a ferramenta *Google Earth* a fim deverificar as imagens dos locais e das ruas.

Justificativa

As cidades não são naturais, por isso, toda cidade é construída e desenvolvida pelos seres humanos com um padrão determinado de organização social e convivência. Vivemos juntos em um complexo de relações sociais, ambientais, culturais, econômicas e políticas. A cidade de São Paulo é especialmente complexa, pois coexiste com outras diversas cidades em seu dia a dia, sendo harmônica e conflituosa ao mesmo tempo (SAMPAIO, 2018).

Metrópoles, como São Paulo, são constituídas na desigualdade, desigualdade esta que afeta todos os segmentos necessários para a vida humana, como a educação, a saúde, o transporte e o lazer. Ao descrever a desigualdade nas grandes cidades, João Ferreira, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, resume:

A cidade é um espaço de conflitos. A civilização humana, em sua extraordinária capacidade de gerar sociedades desiguais, sempre produziu cidades igualmente injustas. Sua configuração, seu desenho, sua eficácia como abrigo e espaço de produção, sua capacidade em promover qualidade de vida para uns ou para todos irão depender das dinâmicas sociais e econômicas e das correlações de forças de cada momento histórico. São Paulo, uma das cinco maiores metrópoles do mundo, expressa as disputas e conflitos da cidade capitalista, com o

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV.2023 - VOL.3 - N.5 P.25

o agravante de carregar também as contradições peculiares do subdesenvolvimento. (FERREIRA, 2011. p.73)

Assim, como constatado por Maricato (2003), a urbanização no Brasil ocorreu predominantemente ao longo do século XX. No entanto, contrariando as expectativas de muitos, o ambiente urbano não conseguiu superar certas características presentes nos períodos colonial e imperial. Esses períodos foram marcados pela persistente concentração de terra, renda e poder, pelo sistema de coronelismo ou política baseada em favores pessoais e pela aplicação arbitrária da lei, o que resultou nas cidades desiguais em que vivemos atualmente.
Por esta razão, ao escolher o tema deste trabalho, levei em consideração as minhas experiências em São Paulo e minha experiência ao estudar e trabalhar nos diferentes bairros dessa cidade, que proporciona diferentes vivências aos seus moradores e visitantes.

EMEF e arredores

A princípio, esta é a imagem aérea da escola EMEF Professor Paulo Freire:



Fonte: Google Earth. Consulta em 11/07/2023



Nessa primeira captura, é possível observar que dentro do espaço da escola há uma árvore e um gramado. Porém, fora da escola, há apenas uma pequena árvore. Esse é um ponto importante a ser notado, pois a ausência de áreas arborizadas, por exemplo, pode resultar em desconforto térmico e possíveis modificações no microclima. Além disso, uma vez que essas áreas desempenham um papel importante como espaços de lazer e recreação para a população, a falta delas afeta negativamente a qualidade de vida (LIMA E AMORIM, 2011). Ou seja, o verde é importante para mostrar a qualidade de vida de um local. Se o zoom ao redor do local for diminuído, é notável que a proporção no número de áreas verdes cresce pouco.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV.2023 - VOL.3 - N.5 P.26



Fonte: Google Earth. Consulta em 11/07/2023

Não é uma coincidência um bairro favelizado possuir poucas áreas verdes, o adensamento populacional, o crescimento rápido, a falta de investimentos, tudo isso contribui para essa realidade. Tonucci (1997) explica ao falar sobre o nascimento das cidades e sobre como a periferia se desenvolve:

> *Já as periferias nasceram em poucos anos, sem praças, sem verde, sem monumentos. As periferias são as mesmas em todo o mundo: os mesmos quarteirões, as mesmas ruas largas e retas, o mesmo abandono; porque não nasceram da lenta e constante preocupação dos homens em ter lugares de vida adequados e confortáveis para si e seus descendentes, mas apenas graças ao impulso avassalador da especulação. (TONUCCI, 1997 p. 25, tradução nossa.)*

Essa realidade afeta as crianças, pois não possuem um espaço rico para se desenvolverem. Ao caminharem para a escola ou em momentos em que não estão nela, as crianças não possuem locais para poderem exercer seu direito de brincar.

> *Espaços ricos significam espaços articulados, animados, com obstáculos, vegetação, muretas, árvores e diversos materiais. São espaços onde cada um pode fazer o que quiser, porque não são destinados a um único uso, não são espaços dedicados, mas precisamente espaços que são "deixados". (TONUCCI, 1997, p. 82, tradução nossa)*

Ao observar uma imagem mais próxima da fachada da escola, tem-se que as calçadas são estreitas e há diversos carros estacionados, o que atrapalharia a passagem dos alunos.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV.2023 - VOL.3 - N.5 P.27



Fonte: Google Earth. Consulta em 11/07/2023

Jacobs (2014), ao discutir sobre a importância das calçadas nas cidades para a integração da criança, afirmou que calçadas amplas, com localização conveniente e com a vigilância sobre as crianças são essenciais para a segurança dos pequenos. Porém, olhando em um raio de 200 metros da escola, é visível, mesmo pela fotografia do *Google Earth*, que os passadiços estão ocupados por carros.



Fonte: Google Earth. Consulta em 11/07/2023

Em um raio de 500 metros, uma criança saindo da EMEF Professor Paulo Freire encontraria os seguintes elementos relevantes: uma biblioteca (Biblioteca BECEI de Paraisópolis); três escolas além da sua, um campo de futebol privado e o Parque Municipal de Paraisópolis, parque este que não conseguiria frequentar sem seus pais. Fora isso, tudo o que se tem

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV.2023 - VOL.3 - N.5 P.28

nessa área são lojas e casas. Não há espaços, a pelo menos 500 metros da escola, que permitam uma criança brincar. As calçadas possuem carros, entulhos ou são usadas pelas lojas como um complemento de seus estabelecimentos. As ruas são asfaltadas, mas apesar do alto número de carros ao redor da escola, a faixa de pedestre mais próxima fica a 200 metros da entrada da instituição escolar.

É possível supor que as crianças, quando saem das escolas, vão direto para suas casas e suas brincadeiras são feitas dentro das paredes, pois nas ruas não há nada oferecido a elas além da falta de segurança. Tonucci (2020) aponta como as cidades são feitas para adultos e seus carros, mas pouco se faz pela criança.

> *É como se a cidade tivesse esquecido das crianças. Fez-se muito por carros, muito por adultos e para as crianças várias coisas foram feitas através dos serviços para a infância, creches, jardins, playgrounds, brinquedotecas, contudo, esses espaços parecem projetados mais para pais que não sabem onde deixar seus filhos do que para atender as reais necessidades das crianças. (TONUCCI, 2020, p. 238*)

Não seria suficiente a criação de parques, a cidade precisa ser adequada para que as crianças possam brincar nas ruas, nas calçadas e para que possam aproveitar a cidade como um todo, pois isso também é direito delas. Uma cidade que é segura para crianças é segura para todos.

> *As ruas, calçadas, praças e jardins devem voltar a ser locais de encontro e troca, de caminhada. E a cidade deverá fazê-lo também restituindo aos cidadãos o uso público dos salões de entrada e pátios dos condomínios. Nesses espaços as crianças poderão voltar a brincar, se encontrando com adultos e principalmente com os idosos, que poderão voltar a sair de casa. (TONUCCI, 2020, p. 254)*

De outro ponto de vista: a escola privada expõe quais privações na cidade?

E quanto ao bairro do Morumbi e o Colégio Visconde de Porto Seguro? Essa é a visão de cima da escola:



Fonte: Google Earth. Consulta em 11/07/2023

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV.2023 - VOL.3 - N.5 P.29

Como é aparente, a área verde ao redor da escola é grandiosa, cobrindo quase todo o redor do colégio. A fachada da escola é limpa, sem carros ou entulhos. Também não há pessoas.





Fonte: Google Earth. Consulta em 11/07/2023

Apesar de todo o verde, não há parques nos 500 metros mais próximos às escolas, apenas praças que, na maioria das vezes, não possuem nem bancos. Todo o verde visto é, na verdade, menos público do que parece: está dentro dos condomínios. Assim, como é possível observar, quando se olha nos mapas, dificilmente se vê pedestres, muito menos crianças. Constatação que não me surpreende, pois, ao caminhar nessa exata rua do colégio todos os dias, não vejo crianças, se não dentro dos carros de seus pais. Tonucci (2020) ao tratar da parte mais privilegiada das cidades, constatou tal situação como um problema.

> *Além disso, nas últimas décadas, a cidade se tornou um espaço reservado de fato para carros. Estes invadiram os espaços públicos, privatizando-os, afastando-os do possível uso daqueles que se deslocam a pé ou de bicicleta. As ruas e praças são locais de trânsito e estacionamento para veículos particulares, já não são mais espaços públicos que fazem de um grupo de casas particulares uma cidade. (TONUCCI, 2020, p. 238)*

Ou seja, não basta ter áreas verdes se elas não são parques ou praças acessíveis às crianças. O entorno dessa escola, mesmo cheio de árvores, não entrega exatamente uma cidade amigável às crianças, mostrando que o problema não está apenas nas periferias.

Outra questão interessante é a dos muros. Diferente de Paraisópolis, onde há diversos comércios nas calçadas, ao redor dessa escola tudo que há são muros. Isto é, uma criança que andasse nas ruas, muito provavelmente se sentiria insegura. O papel dos muros desempenha uma função ambígua no que diz respeito à segurança. Por um lado, eles facilitam a defesa e o isolamento, mas, por outro, dificultam a visibilidade. Em uma perspectiva ampla, os muros isolam as pessoas - ou classes sociais - dentro do espaço

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV.2023 - VOL.3 - N.5 P.30

urbano, enquanto em uma perspectiva mais detalhada, eles bloqueiam a visibilidade (ALMADA, 2006).



Fonte: Google Earth. Consulta em 11/07/2023

Em uma área de 500 metros ao redor da escola, há outras três escolas privadas. Não há parques nem bibliotecas nem locais para brincar, mas a realidade é que mesmo que houvesse, as crianças não brincariam. As ruas foram feitas para os carros familiares, que se movimentam para levar as crianças às suas respectivas escolas e que as trarão de volta sem nenhum contato com a rua. Ferreira (2011) também havia constatado essa reclusão das crianças em bairros privilegiados.

> *Os muros segmentam o urbano, eliminam a vitalidade das ruas e as matam como espaço de convívio; as áreas verdes públicas são menosprezadas, pois aquelas internas aos condomínios já satisfazem os que podem pagar por elas; o favorecimento ao automóvel – uma das maiores fontes de emissão de poluentes que o homem produziu. (FERREIRA, 2011. p.73).*

A criança que não tem contato com o seu entorno perde seu poder de pertencimento, além da capacidade de se conectar com a sociedade. Quando se fala do problema dos muros, que traz insegurança a quem vem de fora, por exemplo, sabe-se que ele não será resolvido pela geração de pais dessas crianças, pois estes não estão interessados em proteger quem vem de fora. Contudo, tais muros talvez também não agradem às crianças, que gostariam de andar pelas ruas onde moram. Quando Tonucci (1997) propõe que escutemos as opiniões de nossas crianças para que possamos ter uma cidade que seja para todos, entende-se que essas mudanças só viriam delas. Se as crianças pudessem construir uma cidade para elas, será que teriam muros altos e poucos parques? A resposta muito provavelmente seria não. Perrotti (1990) também trata dessa cultura que só poderia ser produzida por uma criança que vive nos espaços públicos.

> *A cultura produzida pela infância livremente nos espaços públicos foi progressivamente sendo assimilada pelos espaços privados à medida que a urbanização e a vida burguesa avançaram. Em decorrência disso, alteram-se para crianças e jovens as relações que*

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV.2023 - VOL.3 - N.5 P.31

> *mantinham com categorias sócio-culturais, como diversidade/uniformidade, e categorias políticas, como autonomia/controle. [...] Sem poder brincar pela cidade, a criança perde não apenas o espaço físico, mas, sobretudo altera estruturalmente suas condições de produzir e de se relacionar com a cultura, com a sociedade, com a política. (PERROTTI, 1990. p. 92)*

Portanto, o que busquei mostrar foi como o entorno das escolas diz respeito também ao conceito da cidade amigável às crianças, que é defendido por todos os autores aqui citados. Se a escola, que é o espaço principal a ser frequentado pelas crianças, não possui ao seu redor elementos favoráveis a elas, só podemos pensar em como os outros espaços são ainda menos benéficos. Além disso, quis refletir sobre o que é realmente importante para o desenvolvimento das crianças nas cidades, indo além do "brincar em parques", mas também brincar nas calçadas, por exemplo.

Considerações finais

Sinto-me satisfeita por ter tido a oportunidade de participar das aulasda disciplina optativa "Apropriações do urbano: a cidade Pelas Lentes e Traços das Crianças", cujos assuntos abordados eram constantemente envolventes. Explorar a cidade através da perspectiva infantil é, por si só, um tema de grande relevância, mas não nos limitamos apenas a isso; também foram discutidas questões cruciais, como desigualdade social, racial e de gênero.

Existiam certos assuntos que eu nunca havia observado pelo olhar feminino, mesmo sendo uma mulher, e graças às aulas pude refletir mais sobre esses assuntos. A professora, de notável inteligência, sempre trouxe referências diversificadas, enriquecendo meu repertório e conhecimento. Gostaria, portanto, de expressar minha gratidão à professora e às monitoras pelo semestre compartilhado.

Referências Bibliográficas

ALMADA, Mauro. **Desenho urbano e segurança.** Versão editada e simplificada da tese de mestrado do autor, Ideologia e desenho urbano: o caso dos condomínios fechados (PUR/UFRJ, 1986). Postado em 21 de julho de 2006 em http://historianovest.blogspot.com/2010/07/desenho-urbano-e-seguranca.html.

ERMÍNIA, M. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos Avançados, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928. Acesso em: 10 jul. 2023.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV.2023 - VOL.3 - N.5 P.32

FERREIRA, J. S. W. **São Paulo: cidade da intolerância, ou o urbanismo "à Brasileira".** Estudos Avançados, v. 25, n. 71, p. 73–88, jan. 2011.

HORN, Maria da Graça Souza. **A Construção do Espaço e as Diferentes Linguagens.** In: REDIN, Euclides et al. (org.). Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007. [p. 101-105].

JACOBS, Jane. **Os usos das calçadas: integrando as crianças. IN: Morte e vida das grandes cidades.** Editora Martins Fontes, São Paulo: 2014.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. da C. T. **A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades.** Formação (Online), [S. l.], v. 1, n. 13, 2011. DOI 10.33081/formacao.v1i13.835. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/835. Acesso em: 11 jul. 2023.

PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura.** São Paulo: Summus, 1990.

SAMPAIO, Américo. **A geografia da desigualdade na cidade de São Paulo.** Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. v.6, ed. n.10, p. 61-76, Jan-Jun 2018. Disponível em: https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/issue/view/10. Acesso em: 10 jul. 2023.

TONUCCI, Francesco. **La ciudad de los niños.** Editora Fundação German Sanchez, 1997.

_____. **Quando as crianças dizem: agora chega?**. Artmed, 2005.

_____. **O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade.** IN: Revista Práxis Educacional. v. 16 n. 40 (2020).DOI 10.22481/praxisedu.v16i40.6897. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6897. Acesso em: 10 jul. 2023.



REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5 - P. 33

DUAS FOTOGRAFIAS, DOIS TEMPOS, MUITAS SÃO PAULO

Por: Leilane Mayara Lisboa
Ketlyn Araújo

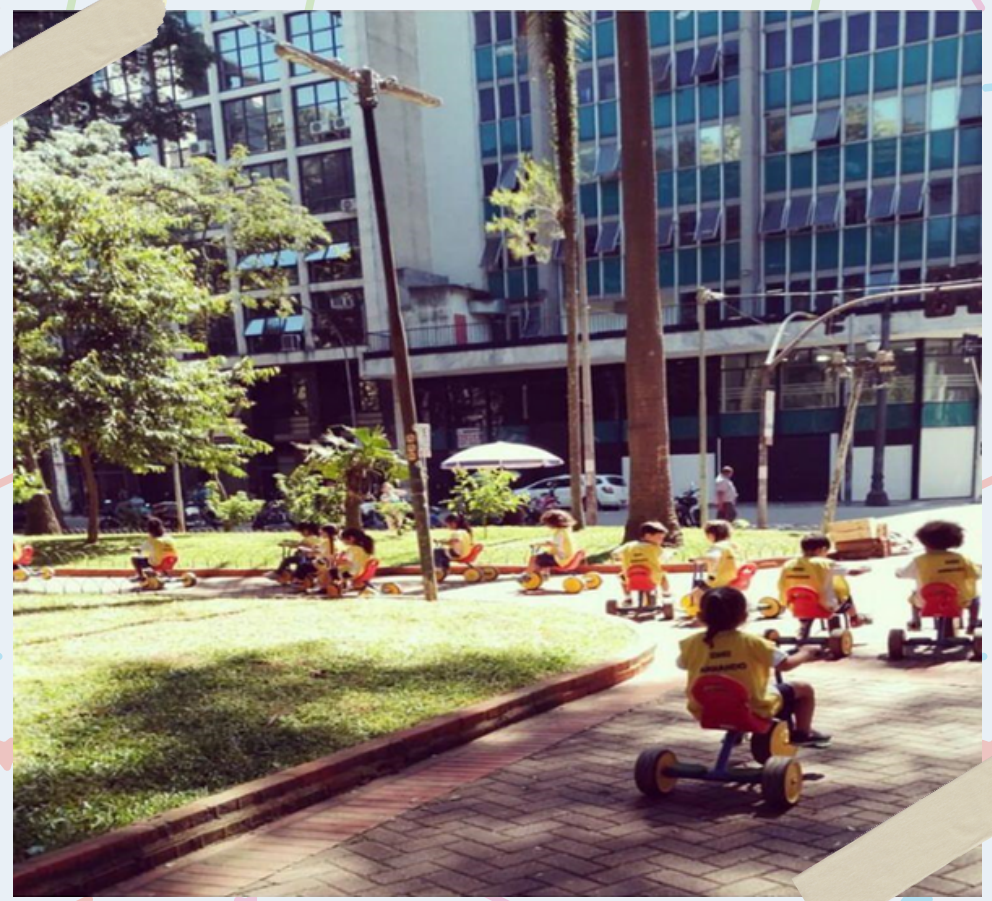


Vincenzo Pastore/ Acervo Instituto Moreira Salles

No centro da imagem em preto e branco, há um realejo, instrumento musical que funciona como um órgão mecânico, acionado por manivela, manuseado por um senhor barbado. Ele está rodeado por aproximadamente dez crianças, meninos e meninas de idades variadas e em posições diferentes, cuja atenção parece estar centrada no objeto musical. Se olhada pelo primeiro plano, logo no lado esquerdo, vê-se apenas uma calça, um colete e um paletó. Atrás, um rosto olha diretamente para o fotógrafo, com uma expressão mais curiosa do que simpática. Apenas alguns olhares miram diretamente a câmera, a maioria deles está mais interessada em observar o realejo.

Quem vê a fotografia não ignora os chapéus e boinas, itens que remontam a moda da época. Moda esta que denota certa diferença na forma como as crianças se vestem: os meninos usam calças curtas e suas camisas têm uma gola que se estende até próximo aos ombros. As meninas usam saias ou vestidos abaixo dos joelhos com mangas bufantes. O cenário é claramente ao ar livre, bem arborizado, com o chão dividido entre um canteiro de grama e uma faixa de concreto, denunciando a alteração humana no local.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5 - P. 34



Lívia Arruda/ Instagram @projetomotocanapraca

A imagem colorida e possivelmente alterada pelos filtros Instagram – rede social na qual foi postada – retrata um grupo de aproximadamente doze crianças, numa espécie de "fileira desenfileirada", locomovendo-se em curva. São meninos e meninas, vestindo coletes amarelos, como forma de identificação, atentos aos seus próprios movimentos e aos movimentos dos colegas. É possível notar que cada um está em um ritmo diferente, interagindo com os outros, com a motoca e com o ambiente ao redor.

Do lado esquerdo da curva, há um canteiro com um gramado baixo e um poste de iluminação. Do lado direito, outro canteiro com coqueiros, pequenas árvores e caixotes de madeira deixados ao lado. No chão da curva, quadriculados de concreto formam desenhos geométricos e uma espécie de margem com paralelepípedos vermelhos delimita o fim do concreto e o início do canteiro destinado à grama e às árvores. Ao fundo, é possível observar dois prédios, ambos com a fachada de vidro, um com vidros cinzas e outro com vidros azuis com algumas janelas abertas. Na rua, há pouco movimento: um senhor caminha pela calçada, motocicletas e um carro branco estão estacionados do outro lado da rua.

Essas duas fotografias são de um mesmo local e estão distanciadas por aproximada-

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5 - P. 35

mente 90 anos. Ambas foram tiradas na Praça da República, famoso logradouro da cidade de São Paulo. Embora a localização geográfica seja a mesma, há grandes diferenças entre os dois registros. Diferenças estas que este trabalho não abordará de modo comparativo. Sabe-se que as fotografias são carregadas de intencionalidade e, portanto, fundamentalmente impuras (DIDI-HUBERMAN, 2018, p.34 apud LEITE, 2020), o que demanda um cuidadoso trabalho de análise e interpretação. Nesse sentido, a partir das imagens, é possível refletir sobre o uso e a produção do espaço da Praça em diferentes períodos históricos, com destaque para a ação das crianças, grupo etário comum às duas fotografias.

A Praça hoje reconhecida pela denominação "da República", já foi Largo dos Curros, Largo da Palha, Largo 7 de Abril e, brevemente, Praça XV de Novembro. O primeiro nome esteve relacionado aos currais, pastagens e touradas existentes no século XIX. O nome atual deve-se à Proclamação da República em 1889. Assim, fica evidente que os nomes não são aleatórios, mas derivam de compreensões e disputas, atrelando-se diretamente às questões sociais e políticas de cada época. Portanto, a Praça da República, tal como a cidade, é lugar de acumulação de textos simbólicos ao longo de sua história. O local fazia parte do que se denominava à época como Nova Cidade, pois estava no caminho de onde eram construídos bairros como Campos Elíseos e Higienópolis, mais distantes do centro histórico (GOBBI, 2022).

Neste projeto de urbanização da Cidade de São Paulo, havia a imposição de alguns códigos sociais que afetavam os modos de vida e os costumes a serem aprendidos pela população que se formava (GOBBI, 2022). Entre essas convenções, é possível citar o controle da circulação de tocadores de realejo no perímetro central. De acordo com a pesquisa de Leite (2020), que articulou diferentes evidências históricas e pesquisas do período, o realejo como atração, com a finalidade de obter rendas, estava proibido pela legislação municipal. Este ofício era frequentemente exercido por homens mais velhos, pobres e algumas vezes com dificuldades de enxergar e caminhar, sendo vistos como empecilhos ao ritmo acelerado que se impunha nas vias públicas (LEITE, 2020).

A restrição a determinados ofícios, que se efetuavam na condição de ambulantes, exige reflexão sobre o controle de corpos considerados indesejáveis. Assim, Santos (2008, p. 110 apud LEITE, 2020) compreende esse processo como uma política de usos da cidade desde as últimas décadas do século XIX em São Paulo, no qual "os poderes públicos procuravam isolar e excluir os indesejados dos espaços mais centrais para regiões mais periféricas." Nesse sentido, no início do século XX, o governo municipal aprovou uma série de leis que impunham uma maior fiscalização sobre os trabalhadores autônomos que caminhavam nas ruas centrais da cidade (SANTOS, 2008, p. 138 apud LEITE, 2020).

Contudo, alguns homens do realejo tinham a permissão de caminhar em deter-

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5 - P. 36

minadas ruas, muitos deles sendo considerados vendedores de entretenimento. Essa permissão estava associada à cor de pele dessas pessoas. Para compreender a restrição seletiva, é necessário olhar para o contexto histórico, pois a escravidão havia sido abolida há cerca de vinte anos. Como exemplo que corrobora essa constatação, é possível mencionar que no caderno denominado "Rigalegio" da revista "O Pirralho" (1911-1918), publicação coordenada por Oswald de Andrade e Dolor Brito, havia o desenho de um homem branco de meia-idade que falava língua italiana misturada com a língua portuguesa, carregando uma caixa de música. É importante mencionar que Vincenzo Pastore fotografou um homem de idade avançada, pele escura e roupas rotas (LEITE, 2020).

Dessa forma, os processos de embranquecimento e de limpeza da cidade estavam associados à urbanização. É necessário compreender, todavia, que a distribuição espacial da população no quadro deste crescimento – populacional e industrial – desordenado reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação que impera no âmbito das relações econômicas. Portanto, o agravamento e a precarização das condições de vida da população de São Paulo não atingiram todos os habitantes de forma geral (KOWARICK, 1993).

Soma-se à questão econômica, a questão racial, já que, no caso dos ambulantes, negros foram afetados de forma diferente dos brancos.

Ainda com relação à urbanização, no ano de 1905 teve início uma reforma como parte de um projeto de demolições e construções de ruas, praças e avenidas, visando embelezamentos e melhorias. Tal concepção de cidade apoiava-se em uma proposta que expulsava o que era considerado feio, ultrapassado e indesejado. Sabe-se, porém, que essas concepções estéticas são relativas e frequentemente correspondem a ideologias; assim, nos anos iniciais do século XX, estavam fora dos padrões de beleza as classes subalternas e os negros. Este embelezamento era determinado por leis, tal qual a que restringia a circulação dos tocadores, e quem estivesse fora, deveria ser punido (LEITE, 2020).

Os tocadores de realejo, estando um deles retratado na fotografia em questão, podem ser associados ao trabalho informal. Essa classe trabalhadora, muitas vezes desprovida de reconhecimento e de direitos legais, tem importantes antecedentes históricos não apenas na cidade de São Paulo. Na história europeia moderna, por exemplo, Nápoles abrigava uma grande economia urbana informal. Assim, de acordo com Frank Snowden (apud DAVIS, 2016), havia uma superabundância crônica de mão de obra e esta sobrevivia por meio de um milagre econômico, com a subdivisão constante dos nichos de subsistência.

Na cidade italiana, a escassez estrutural de empregos formais – o desemprego permanente foi estimado em aproximada-

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5 - P. 37

mente 40% – transformou-se em um grande espetáculo de competição informal (DAVIS, 2016).

Em São Paulo, no contexto de pós-abolição da escravatura, o número de trabalhadores informais também era elevado. Contudo, não apenas estes eram alvo de restrições e exclusão. Havia uma aversão ao elemento popular de forma geral, culminando em uma série de normas que visavam a homogeneizar os usos dos espaços urbanos, proibindo os operários de se reunirem nas ruas, por exemplo. Como local de disputas, havia também impasses entre a presença das crianças nas ruas e muitas das reformas urbanas eram demandadas pelo anseio de corresponder aos interesses do mercado capitalista internacional, principalmente no que diz respeito ao aumento do número de bondes e carroças (LEITE, 2020).

Em decorrência deste aumento, os denominados abalroamentos ou colisões eram frequentes no período e tais acidentes eram noticiados pela imprensa. De acordo com Santos (2008 apud LEITE, 2020), a divulgação desses acidentes tratava também da vulnerabilidade dos carroceiros, ofício exercido pela população pobre e não-branca da cidade, vista, muitas vezes, como um obstáculo à ordem urbana imposta pelos bondes. Assim, alguns legisladores recorriam à fragilidade das crianças para expor o perigo da rua e fundamentar o alargamento. Outros, sugeriam a proibição do trânsito local para evitar acidentes. Os bondes elétricos, referenciados como símbolos da modernidade de São Paulo, encontravam nas crianças corpos frágeis que atrapalham o trânsito "livre e seguro" das ruas (LEITE, 2020).

Nesse sentido, as crianças eram vistas como "fora do lugar", pois muitas reformas visavam a expulsar a infância da rua para abrir espaço ao movimento acelerado das máquinas. Portanto, educar para a vida na metrópole era coibir práticas e gestos corporais que se contrapunham ao progresso. Entretanto, ao longo do século XX, com as novas perspectivas sobre a infância, traz-se que as crianças das classes mais abastadas tinham direito à condição de transeunte e a cidade se apresentava como algo a ser desfrutado. A presença das crianças das camadas desfavorecidas era motivo de preocupação e elas deviam estar protegidas dos perigos do espaço público. Para tais crianças, os usos das cidades correspondiam aqueles destinados à sua classe social, em que a rua se figurava como lugar de acesso à atividade econômica (LEITE, 2020).

Assim, observar com atenção e discutir a presença de trabalhadores informais, como os tocadores de realejo, bem como das crianças na fotografia é de extrema importância para compreender a formação da cidade, a segregação urbana e o racismo estrutural no cenário brasileiro.

Como a presença na Praça e na cidade estava atrelada à classe social e à raça, bem como havia leis que regulamentavam a circulação, é possível entender que espaço urbano representa um uso, ou ainda, um

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5 - P. 38

valor de uso e desta forma a vida se transforma a partir da transformação dos lugares. Dessa forma, a norma se impõe e o Estado, que domina a sociedade, organiza e normatiza os usos através dos interditos e das leis (CARLOS, 2007). A fotografia, aliada a outras fontes históricas – como decretos e notícias de jornal – constitui-se como um documento histórico que permite conhecer mais sobre os usos e a produção do espaço da cidade de São Paulo e, mais precisamente, da Praça da República. Para tanto, também é imprescindível saber sobre os olhos por trás da câmera.

Vincenzo Pastore foi um fotógrafo ítalo-brasileiro que migrou definitivamente para o Brasil em 1899, instalando-se em São Paulo com o objetivo principal de trabalhar como retratista. Neste âmbito, mais do que ficar fixo em seu estúdio, Pastore saía caminhando pela cidade. Munido de sua câmera, fotografava aqueles que faziam parte da vida diária, trabalhando de forma autônoma e improvisada na São Paulo de 1910. Supõe-se que ele tenha percorrido o Triângulo Central e seus arredores durante um ou dois meses, ou até mesmo durante um ano. Interrogar a especificidade da produção de Pastore ajuda a revelar um fotógrafo que pensava a cidade em suas contradições, em um momento em que o rural convivia com o urbano. Suas imagens mostram como nem toda fotografia do início do século XX destinava-se à comemoração. Assim, depara-se com imagens que forçam o intérprete a ver de outro modo, a criar problematizações, revelando como o historiador social, ao trabalhar com fotografias, precisa deixar de lado ideias prévias sobre o fotógrafo e respeitar a natureza da produção visual (BELTRAMIN, 2015).

Na fotografia, é possível analisar a presença das nove crianças a partir de alguns elementos, como: estatura, origem social e os tipos de roupas associados aos papéis de gênero. Tal análise foi extensivamente realizada por Maria Cristina Stello Leite (2020) em sua tese de doutorado. Assim, de acordo com a autora há marcações nítidas entre a vestimenta dos meninos e das meninas, bem como é possível discutir sobre a condição social da garota que carrega nos braços um bebê. Para Leite (2022), o corpo dessa menina se posiciona de modo diferente das outras meninas, sendo possível supô-la em outra condição. Há duas hipóteses principais: o bebê em seus braços é um parente (irmão ou irmã, primo ou prima) e a tarefa de cuidar dele foi delegada por algum familiar, ou a menina poderia estar vendendo sua mão de obra, já que o trabalho de meninas pobres com serviços domésticos tornava-se cada vez mais frequente (LEITE, 2020).

Não é possível afirmar se as crianças se distribuíram espontaneamente ao redor do realejo ou se houve alguma espécie de direção de cena (LEITE, 2020). Todavia, deve-se considerar que Pastore era um fotógrafo de estúdio, além do fato de que há mais de uma fotografia do mesmo local e período com pequenas modificações na cena. Fazer uma comparação entre tais fotografias, bem como elucidar a questão da espontaneidade

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5 - P. 39

não é o objetivo deste trabalho. Visa-se principalmente a refletir sobre os usos da Praça da República no início do século XX com a presença de um tocador de realejo e um grupo de crianças que o observavam. A presença dessas crianças mostra-se à revelia de uma legislação que insistia em tirá-las das ruas e dos espaços de maior interesse comercial e financeiro (LEITE, 2020).

A imagem das crianças de motoca na Praça da República, distanciada por 90 anos da imagem tirada por Vincenzo Pastore, não foi capturada por um fotógrafo profissional, mas sim pela professora Lívia Arruda, tornando-a uma foto vernacular, ou seja, de caráter amador sem intencionalidade documentária ou de publicação. A partir dessa imagem também é possível discutir os usos e a produção do espaço da Praça e da cidade de São Paulo. A análise da fotografia baseia-se no ensaio de Gobbi (2022), que realizou uma pesquisa com características etnográficas e da etnografia visual, utilizando a mídia social do Instagram como fonte de pesquisa. Nesse sentido, posicionou-se à espreita, como observadora, participando em pequenos diálogos possíveis dentro da própria plataforma digital. Portanto, ao se debruçar sobre as narrativas imagéticas criadas por Lívia no Instagram, obteve a percepção de um manifesto em movimento (GOBBI, 2022).

Este manifesto tem como principal característica a ocupação da Praça pelas crianças e, para entender essa apropriação, é necessário compreender as transformações do centro e os reflexos das mudanças no modo como as pessoas e, consequentemente, as crianças se relacionam com o local. Dessa forma, é válido refletir sobre a urbanização da região central de São Paulo, refletindo sobre o fato de que a verticalização da cidade e a construção de ruas e avenidas privilegiaram a locomoção de automóveis, conferindo maior mobilidade a certos grupos em detrimento de outros.

Neiman (2019) afirma que a existência de barreiras - visíveis ou simbólicas - possibilitam ou não a apropriação dos espaços públicos, levando em consideração as técnicas utilizadas para a proteção das identidades de cada grupo social. Desse modo, as estruturas que se instauraram como barreiras a determinados grupos resultaram na exclusão das classes populares e, até mesmo, na ocupação de locais de maneira irregular e precária.

Ainda segundo Neiman (2019), para compreender o uso dos espaços públicos é necessário fazer um resgate das transformações históricas que ocasionam a desigualdade em variados sentidos, sobretudo a social. A cidade que almejava ser uma Paris tropical, esbarra em problemas como a alta taxa de mortalidade infantil, trabalho de caráter exploratório, falta de saneamento básico, higiene e lazer. Esses acontecimentos estão associados também à falta de políticas públicas mantenedoras dos direitos básicos necessários à sobrevivência humana.

Esta política de urbanização mantida ao

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5 - P. 40

longo dos anos foi marcada, nos anos 1930 e 1940, por traços tecnicistas, evidenciados pela construção massiva de avenidas cuja intenção era o acesso à região central e a construção de prédios como o São Luiz (1944), Eiffel (1956), Itália (1965), Copan (1966) e Hilton (1971), evocando um futuro promissor na região (NEIMAN, 2019).

A partir da Ditadura Militar, teve início um projeto de obras na região central sem planejamento ou preocupação. Objetivava-se a construção de edifícios sem ponderar o uso e aproveitamento dos espaços públicos. Esse projeto reverberou na degradação do centro e no esvaziamento da população economicamente dominante, que se realocou em outros polos da cidade. Assim, a economia da região central passou a ter como enfoque a troca comercial de produtos e serviços, contando com a participação extensiva dos trabalhadores informais (NEIMAN, 2019). Com a retomada da democracia, instauram-se projetos de revitalização do centro velho. Estes ainda marcados pela disputa de interesses de grupos dominantes e a exclusão da participação das classes populares nas modificações (NEIMAN, 2019).

Nos anos 2000, as prefeituras da cidade começaram a pensar em políticas públicas para a melhoria dos espaços públicos centralizados com a finalidade de retomar o imaginário que o centro possuía anteriormente. Todavia, há uma paisagem marcada pela ambiguidade: projetos mal implementados, como as obras do Minhocão, são sobrepostos a suntuosos projetos de verticalização (NEIMAN, 2019). Todas as mudanças na região central, ao longo da história, reverberam no espaço da Praça da República. O que outrora era um local de permanência e socialização, deu lugar a um ambiente de percursos efêmeros carregados de apreensões.

Esses eventos provocaram a mudança de comportamento dos residentes, passando a evitar a Praça e a frequentar somente locais considerados seguros e protegidos, como playgrounds, parques particulares e shoppings. Assim, na contemporaneidade, houve um crescimento da busca por locais em que fosse possível passar o tempo livre com tranquilidade e segurança. Essas ações são tendências frequentes que atendem a lógica de separação e especialização, bem como se relacionam à criação de serviços e estruturas cada vez mais independentes e autossuficientes (GERMANOS, 1995; TAYLOR ET AL., 1998; BAUMAN, 2000 apud TONUCCI, 2020).

O projeto “Motoca na Praça” contrapõe-se à lógica de separação e especialização, permitindo que as crianças se apropriem e produzam o espaço. Idealizado a partir de 2019, Lívia se utilizou das motocas que a escola já possuía e propôs que as crianças saíssem a fim de circular pela Praça e os territórios do entorno. Inicialmente eram movimentos tímidos, mas com o tempo tornaram-se passeios mais distantes, chegando a visitar o Vale do Anhangabaú, o edifício Copan, o SESC 24 de Maio, o Largo do Arouche, a Biblioteca Mário de Andrade,

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5 - P. 41

entre outros.

A elaboração do projeto foi feita de maneira conjunta e, dessa forma, professora e crianças enfrentaram juntos as tensões existentes no território externo, percebendo que a produção do mesmo é efetivada pelas pessoas que o habitam e usufruem do espaço público (GOBBI, 2022). Ao sair com as crianças, os desafios encontrados são muitos. Há quem fique curioso e acompanhe a turma, fazendo perguntas para as professoras e para as próprias crianças. Alguns respondem aos cumprimentos e seguem seu trajeto, outros ignoram. Algumas pessoas ficam atentas, preocupando-se com a condição dos pequenos, se eles estão sob cuidados ou não, chamando a atenção da professora para aqueles que, aos olhos de fora, parecem desacompanhados.

As reações e intervenções denotam o impulso dos adultos nos cuidados com as crianças, tornando-os também responsáveis por elas. Dessa forma, ainda que momentaneamente, há uma modificação do espaço da Praça e dos territórios do entorno (GOBBI, 2022). Assim, o projeto torna-se uma lição de urbanidade que ultrapassa os conhecimentos adquiridos no ambiente familiar e perpassa o espaço formal das salas de aula. Isso porque a essência do projeto é o exercício da responsabilidade sem a necessidade de cobranças ou imposições. Os pequenos aprendem essa noção de responsabilidade coletiva de maneira espontânea enquanto brincam e participam da vida da cidade (JACOBS, 2014).

De acordo com Lívia, a intenção do projeto é que seja divertido para as crianças (GOBBI, 2022). Nesse sentido, permite que elas vivenciem o jogo e a brincadeira. O jogo precede e funda a cultura humana, sustentando o desenvolvimento individual de cada um. Na brincadeira, as crianças desenvolvem a capacidade de governar sobre as próprias leis, de se entregar e inventar novas regras. Portanto, não pode ser considerado perda de tempo, mas uma maneira de encontros com o mundo em uma relação emocionante, repleta de mistério, risco e aventura (BATESON, 1956; BENCIVENGA, 1995; BRUNER, 1976 apud TONUCCI, 2020).

Andar de motoca permite esse contato com o risco, já que as crianças precisam controlar por si mesmas a direção dos pequenos veículos, observando as pedras no percurso e desviando dos transeuntes e pessoas em situação de rua. Além do risco e da aventura, para a criança, deslocar-se é um itinerário feito de muitos pontos intermediários, tais quais pequenos galhos no chão ou flores nos arbustos. Cada um dos pontos intermediários torna-se mais importante que o ponto de chegada (TONUCCI, 2020).

Nesse sentido, permitir que as crianças se locomovam com as motocas, associado ao fato de que é um projeto realizado pela escola, é uma forma de afastar-se da perspectiva de vigilância parental constante, comum nos dias atuais. Há 40 ou 50 anos, não era comum que os pais acompanhas-

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5 - P. 42

sem as crianças em todos os momentos. Essa situação possibilitava experiências importantes, como lidar com novidades, obstáculos, riscos e aventuras sozinhos, de modo que a descoberta individual tornava a experiência mais significativa. Isso incluía a experimentação de estratégias de socialização que eram, muitas vezes, estranhas para os adultos, e os pequenos vivenciavam a satisfação do julgamento superado e a frustração do fracasso (TONUCCI, 2020).

Atualmente, as crianças estão constantemente acompanhadas por adultos, o que impede que elas se arrisquem (o adulto está sempre presente para evitar perigos) e limita sua possibilidade de explorar, descobrir e se surpreender (BLAKELY, 1994; AMERIO, 1999 apud TONUCCI, 2020). Desta forma, as experiências limitam-se a atividades direcionadas e supervisionadas. O projeto "Motoca na Praça" consente, portanto, que as crianças vivenciem novas experiências e, ainda que acompanhados de adultos da escola – como monitores, professoras, ou outros funcionários – oportuniza o contato com o ambiente externo e seus elementos de maneira mais livre, garantindo a possibilidade de contarem vivências tão variadas quando chegam em suas casas.

A exploração, pesquisa e investigação permitem que a criança enfrente problemas desconhecidos com o desejo de enfrentá-los e resolvê-los sozinho, sendo capaz de experimentar a emoção de encontrar soluções novas, pouco convencionais, mas eficazes. O projeto idealizado pela professora Lívia Arruda permite que as crianças desenvolvam essa capacidade de encontrar soluções por si mesmas, construindo conhecimentos e saberes. Portanto, tal proposta está, até mesmo, na contramão da própria escola, instituição que frequentemente se baseia na relação entre quem sabe, e por isso ensina, e quem não sabe, e por isso deve aprender (TONUCCI, 2020).

Outra perspectiva que o Projeto tenciona, diz respeito à ideia, muito comum no planejamento urbano moderno, de se livrar das ruas, depreciando e menosprezando sua função social e econômica na vida citadina. De motoca, as crianças passam a ocupar as ruas e calçadas, valorizando e revelando a importância desses espaços. Em contrapartida, a presença dos pequenos também se opõe aos carros que têm sempre mais direitos nas cidades. Tais veículos impõem sua lógica, sua estética e sua "música", exigindo a presença de sinais de trânsito, placas e faixas verticais que poluem visualmente os monumentos e centros históricos (GARLING; VALSINER; 1985 apud TONUCCI, 2020).

Os percursos percorridos pelas crianças de motoca permitem que se problematize e questione o fato de que a cidade e seus administradores escolheram como cidadão protótipo: um homem, adulto, trabalhador e motorista. Os administradores modificaram a cidade de acordo com as necessidades desse cidadão, buscando a atender as demandas e garantir seu apoio para fins

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5 - P. 43

eleitorais (TONUCCI, 2020). Dessa forma, permitir que as crianças produzam o espaço de motoca provoca reflexões sobre a necessidade e a possibilidade de inserir outros grupos no planejamento da cidade. O projeto viabilizou a apropriação das crianças e chamou a atenção de órgãos governamentais, como a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), que contatou a escola para encontrar meios de tornar o projeto mais seguro. Assim, mesmo que minimamente, a cidade abriu espaço para a participação das crianças.

Nas caminhadas na Praça e nos seus arredores, notou-se também a precariedade das ruas para as crianças e, consequentemente, para os adultos. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de manutenções e reformas nos passeios, visando a segurança, vitalidade e estabilidade das ruas. Esta situação é um problema complexo e fundamental no planejamento urbano, e tende a rechaçar as crianças para parques e playgrounds situação que além de improdutiva, é inadequada para os problemas das ruas e para as crianças (JACOBS, 2014).

Deste modo, o projeto "Motoca na Praça" possibilita reflexões relacionadas à cidade, sendo capaz de estimular melhorias no município. Também permite a compreensão da complexidade do ambiente urbano, do qual as crianças participam ao experimentá-lo e produzi-lo. Essa produção se apoia em diversas funções que não a sua construção física, já que tanto o espaço quanto a cidade são as expressões poéticas suscitando um saber e lirismo. Portanto, compreender o significado da cidade como resultado de progressos civilizacionais – indo além das suas características físicas – envolve também entender que a cidade se associa à construção da humanidade dos indivíduos. É necessário refletir que o desvendamento do conteúdo do mundo moderno passa pelo processo de reprodução da cidade e o desafio é pensar a prática socioespacial com o sentido das apropriações reais e possíveis, bem como da luta em torno delas. Assim, é necessário compreender a cidade como lugar das coações, mas também da liberdade (CARLOS, 2007). E é exatamente essa liberdade evocada pelo projeto "Motoca na Praça".

A análise das duas fotografias possibilitou a compreensão dos usos da Praça da República em diferentes tempos: no início do século XX e na segunda metade do século XXI. Ambos os períodos foram marcados pelos modos de organização da cidade de cada época, evidenciando o impacto das políticas públicas de urbanização no modo como a população se apropriou dos espaços. Além disso, ambas as imagens, ainda que tão diferentes, permitiram refletir sobre o direito das crianças às cidades que, ainda que seja alvo de disputas e conflitos, deve ser universal.

A reflexão sobre ambas as fotografias, aliada a pesquisas bibliográficas e consultas a fontes históricas, permitiu discutir os usos e a produção do espaço da cidade em diferentes momentos históricos. Cada perío-

do teve sua especificidade, contudo, as modificações históricas iniciadas ainda na primeira década do século XX afetaram as produções e usos atuais. Nesse sentido, verificou-se a maneira como as legislações buscaram excluir e restringir a circulação das pessoas das classes populares, dos negros e das crianças das classes menos abastadas.

Ao longo do tempo, a Praça e o centro de São Paulo tornaram-se locais degradados que causam medo aos cidadãos, contudo o projeto "Motoca na Praça" oportuniza que as crianças ocupem esse território. Com isso, ocorre, ainda que momentaneamente, a suspensão do tempo e a modificação do espaço com a presença das crianças (GOBBI, 2022). Portanto, fica evidente que as crianças encontram alternativas para vivenciar suas infâncias, elas se reinventam e se adequam às condições impostas pelos adultos. Mesmo cerceados por regras, são capazes de contrariar, autonomamente, usufruindo dos espaços e vivenciando suas infâncias. Assim, deixam rastros por onde passam, tanto nos espaços quanto nas pessoas. As crianças resistem às barbáries impostas pelos adultos, em todas as épocas, sejam elas quais forem.

FOTOGRAFIAS

ARRUDA, Livia. **Olha a curva**. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqF2EdiuIg_/>. Acesso em 16 de junho de 2023.

PASTORE, Vincenzo. **Grupo de pessoas ao redor do realejo, na Praça da República**. 1910. 1 fotografia, p & b, i: 8,1 x 11,5 cm / sp: 9 x 11,9 cm. Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/search/Fotografia?collection=Vincenzo_Pastore>. Acesso em 16 de junho de 2023.

REFERÊNCIAS

AMERIO, Piero. **Il senso della sicurezza.** Milano: Unicopli, 1999.

AZEVEDO, Desirée. Praça da República. Memorial da Resistência de São Paulo, 2019. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/praca-da-republica/>. Acesso em 16 de junho de 2023.

BATESON, G. **A mensagem "Isto é jogar"**, Nova Iorque: Fundação Josiah Macy Jr., 1956.

BELTRAMIN, Fabiana. **Entre o estúdio e a rua: a trajetória de Vincenzo Pastore, fotógrafo do cotidiano**. São Paulo, 2015. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BENCIVENGA, E. **Jogando duro. Crítica à sociedade do entretenimento**. Mondadori, 1995.

BLAKELY, K. S. Concepções de 'pais' sobre os perigos sociais para as crianças no ambiente urbano. **Ambientes Infantis 11**, 1994, p. 16-25.

BRUNER, J. S. 'Natureza e usos da imaturidade'. In: BRUNER, J. S., JOLLY, A., SILVA, K. (eds.). **Jogar. Seu papel no desenvolvimento e evolução.** Nova Iorque: Livros Básicos, 1976.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

DAVIS, Mike. Humanidade Excedente? In: **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2016.
KOWARICK, L. A lógica da desordem, In: **A espoliação urbana.** Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1993.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **Revista Pós,** Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-219, 2012.

GARLING T.; VALSINER, J. (eds.). **Crianças dentro do ambiente: Para uma psicologia da prevenção de acidentes**, Nova Iorque: Plenum Press, 1985.

GOBBI, Marcia Aparecida. Manifesto em movimento: a pé de motoca, as crianças na Praça da República em São Paulo. Childhood & Philosophy, Rio de Janeiro, v. 18, out. 2022, pp. 01-34.

JACOBS, Jane. Os usos das calçadas: integrando as crianças. In: **Morte e vida das grandes cidades.** Editora Martins Fontes, São Paulo: 2014.

LEFEBVRE, H. Sobre a forma urbana, In: **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2011.

LEITE, Maria Cristina Stello. **Crianças na cidade:** registros no processo de urbanização de São Paulo pelas fotografias de Vincenzo Pastore (1900-1910). Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2020.

NEIMAN, Lilith. **Caminhar, fotografar e desenhar**: Experiências com crianças na Praça da República (SP). Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação: Estado, Sociedade de Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2019.

MARICATO, Ermínia. Metrópoles desgovernadas. **Revista Estudos Avançados**. 25 (71) 2011.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza 1890-1914**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

SNOWDEN, Frank. **Naples in the Time of Cholera**, p. 35-36.

TONUCCI, Francesco. O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. In: **Revista Práxis Educacional**. v. 16 n. 40 (2020): Perspectivas para pensar as cidades: infâncias, educação, democracia e justiça (jul/set - 2020).

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 46

A CIDADE DE SÃO PAULO É ACOLHEDORA PARA AUTISTAS?

Elisabete Sanches Alcântara

Introdução

Pouco a pouco, as pautas de pessoas com deficiência (PcD) vêm conquistando visibilidade e modificando a maneira como a sociedade "enxerga" essa parcela da população.

Na cidade de São Paulo, diversas leis foram aprovadas para facilitar o acesso a transportes e aos espaços públicos, porém, quando se pensa em acessibilidade, não estamos apenas focalizando rampas, escritas em braile e intérpretes de libras em locais específicos, pois, nesse contexto, indivíduos com deficiências não visíveis, como pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), passam despercebidas.

Devido à pandemia mundial causada pela Covid-19, onde o distanciamento social foi uma das estratégias que se mostrou eficiente para o controle do vírus SARS-Cov-2, estamos vivendo um momento em que a discussão sobre saúde mental está em foco, pois a impossibilidade de convivência com seus pares e acesso aos espaços sociais ocasionou agravos à saúde mental da população, conforme largamente relatado pelas mídias diversas. Buscando ampliar essa discussão, direcionamos nosso olhar para reflexão: a cidade de São Paulo tem seus espaços públicos voltados para cidadãos dentro do espectro autista?

Início: o autismo em poucas palavras

1 - Conhecendo o autismo:

Segundo o Ministério da Saúde, o transtorno do espectro autista é um distúrbio do neurodesenvolvimento cuja causa ainda é investigada, mas parece surgir de uma interação entre fatores genéticos e ambientais. A condição causa manifestações comportamentais atípicas, déficit na comunicação e na interação social, além de comportamentos repetitivos e estereotipados, mudando a forma como a pessoa percebe o mundo. Estima-se que o Brasil, com seus 200 milhões de habitantes, possua

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 47

cerca de 2 milhões de autistas. São mais de 300 mil ocorrências só no Estado de São Paulo (segundo a Revista Espaço Aberto USP, edição 171).
Os primeiros sinais do TEA surgem durante os primeiros meses de vida, porém o autismo normalmente é diagnosticado entre dois e três anos de idade. No geral, apresentam alguns sinais característicos como:

- não fazer contato visual ou fazê-lo muito raramente;
- não gostar de ser tocade;
- ter interesse por objetos que não interessam outras crianças;
- realizar brincadeiras de formas diferentes de crianças em idade similar;
- insistência na rotina ou comportamentos desafiadores quando algo foge do controle;
- não desenvolver ou desenvolver muito pouco a fala até os 2 anos.

Sinais de autismo na segunda infância
Durante a segunda infância (até 12 anos), os sinais do atraso no desenvolvimento aos quais a família precisa estar atenta são:

- dificuldade em entender letras bastão e cursivas;
- percepção menos realista sobre o mundo;
- dificuldade em estabelecer relações de amizades sólidas.

Com o maior avanço e conscientização do autismo, tem sido cada vez mais comum ver pessoas adultas descobrindo o diagnóstico. Nesse caso, os sinais de alerta na primeira e segunda infância são os mesmos já relacionados acima, porém, na vida adulta, os mais evidentes são:

- dificuldade em desenvolver habilidades sociais;
- dificuldade em entender figuras de linguagem, como ironias e metáforas;
- dificuldade em se ajustar no mercado de trabalho;
- insistência na mesmice ou dificuldade em lidar com mudanças na rotina.

De acordo com o Manual Estatístico e Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-5), da Associação Americana de Psiquiatria, as manifestações do TEA podem se dar em três níveis:

Nível 1: é o autismo leve e requer pouco suporte. A pessoa enfrenta alguns desafios sociais, como dificuldade para iniciar conversas ou responder outras pessoas. Com isso, pode ser difícil fazer amigos, especialmente sem o apoio de especialistas. Dessa forma, o autista sente necessidade de seguir padrões comportamentais rígidos, são mais apegados à rotina e não gostam de mudanças.

Nível 2: é o nível moderado do autismo, a pessoa precisa de mais suporte do que quem tem autismo nível 1. Isto é, não conseguem manter uma conversa, falam pouco, sentem dificuldade com a comunicação não verbal (como reconhecer expressões faciais, por exemplo) e sofrem muito com as mudanças.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 48

Nível 3: é o nível mais severo e a pessoa precisa de mais apoio do que todos os outros níveis. Aqui, apresentam dificuldade severa na comunicação verbal e não verbal, são muito limitados para interagir com outras pessoas, apresentam comportamentos repetitivos e restritivos que interferem diretamente na vida delu e das pessoas em sua volta e são mais dependentes dos pais e cuidadores para realizar as atividades do dia a dia, como trocar de roupa ou comer (Revista NeuroConecta, 11/04/2023).

Apesar dessa classificação, a necessidade de suporte pode variar de acordo com o momento.

A intervenção precoce, de preferência na primeira infância, é muito importante, pois traz ganhos maiores em termos de aprendizagem e manutenção de habilidades básicas, evitando ou amenizando atrasos no desenvolvimento. Isso ocorre porque, quanto mais nova é a criança, maior a neuroplasticidade, ou seja, mais conexões podem ser moldadas no cérebro dela para aprender coisas novas com mais rapidez e facilidade. Todavia, isso não significa que em outros momentos não exista possibilidade de aprendizagem.

2 - Direitos das Pessoas com Autismo

O autismo é considerado uma deficiência do ponto de vista legal. Por isso, leis que amparam direitos de pessoas com deficiências também são válidas para pessoas autistas (Lei Federal 12.764 de 27/12/2012).

A Lei Municipal 17.502/20 foi criada no final de 2020 e instituiu a Política Municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com TEA e seus familiares.

A Lei Federal 13.977/20, batizada de Lei Romeo Mion, criou a Carteira de Identificação do Autista, válida em todo território nacional, e alterou a Lei Berenice Piana, 12.764/2012. O documento facilita o acesso a direitos básicos e essenciais, permitindo, assim, o planejamento de políticas públicas.

A nova regra do CENSO, instituída pela Lei 13.861 de 2019 e publicada na edição de 19/07/2019 no Diário Oficial da União (DOU), estabelece a inclusão de perguntas sobre o autismo no censo e visa contribuir para a determinação de quantas pessoas no Brasil apresentam esse transtorno e como elas estão distribuídas pelo território, obtendo, desta forma, um número mais verdadeiro. Com esses dados será possível direcionar as políticas públicas de forma mais adequada, para que os recursos sejam corretamente aplicados em prol de quem tem autismo.

3 - Autismo e cidade

A cidade pode ser um ambiente hostil para cidadãos autistas, assim como para qualquer pessoa seja qual for a idade. Visto que “uma característica comum de quase

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 49

todas as cidades — independentemente da localização, economia e grau de desenvolvimento — é que as pessoas que ainda utilizam o espaço em grande número são cada vez mais maltratadas." (Ghel, 2008). Espaços públicos limitados, barreiras arquitetônicas e poluição visual e sonora são alguns sinais que revelam que o "direito à cidade" passa por uma segregação social, onde a dimensão humana passou a ser esquecida, negligenciada e progressivamente eliminada.

Em contrapartida, a inclusão da criança autista nos mais diversos espaços de socialização, recreação e lazer é muito importante para o desenvolvimento e integração das mesmas, além de ser um direito fundamental. Os momentos de ludicidade proporcionam a interação com outras crianças, além do desenvolvimento de habilidades importantes. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11) consiste em "tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" até 2030. Dessa forma, tornar nossas cidades mais inclusivas é algo essencial para garantir que todas as pessoas desfrutem dos benefícios de uma vida em paz, com segurança e oportunidades de crescimento.

Para Lefebvre, é impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; seria possível apenas encarar a construção de uma cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade. Ademais, estudos sobre a importância dos espaços urbanos para pessoas com TEA apontam como a arquitetura poderia funcionar como uma capa protetora, mediando o contato dos autistas com a cidade, de forma gradual e convidativa, diminuindo o bullying social por falta de conhecimento ao tema, além de atrair arquitetos e urbanistas para trabalharem em equipes interdisciplinares com profissionais da saúde, ajudando na elaboração de ambientes de transição agradáveis, na tentativa de diminuir contatos bruscos durante o encontro entre o mundo interno dos autistas e o mundo externo das cidades, tornando-as inclusivas e amigáveis a todes. Segundo Jan Gehl, em Cidades para Pessoas, "se a vida na cidade é reforçada, criam-se as pré-condições para fortalecer todas as formas de atividade social no espaço urbano".
A inclusão de Pessoas com Deficiência é sempre um tema inquietante frente a sociedade que historicamente as excluíram e marginalizaram durante séculos. Podemos dizer que as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos e suas famílias ainda não foram totalmente sanadas, dificultando a inserção destas nos espaços comuns. A estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante, ela não age por si mesma (Lefebvre, p. 113). O problema é que, apesar de ser crescente o interesse pelo autismo, fato que pode ser observado pelo grande número de estudos sobre o assunto, ainda faltam espaços públicos que garantam essa inclusão.
Pessoas com TEA podem apresentar dificuldade de lidar com as emoções e não perceber ou comunicar sensações (dor, fome e cansaço, por exemplo) com facilidade,

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 50

o que pode levar à irritabilidade, além de hipersensibilidade a estímulos, o que é comum a pessoas neurotípicas, e reagir de maneira ansiosa, com medo e agressividade. Muitas vezes, essas pessoas se sentem atraídas por estímulos que passam despercebidos pela maioria, como texturas, sons e cheiros. Dadas as condições relacionadas ao TEA, torna-se necessário garantir melhores cenários e maior participação na sociedade para que políticas públicas inclusivas permitam a inserção de todas as pessoas com deficiência (inclusive crianças) em um convívio social harmônico.

Outro fator importante é a qualidade física do espaço urbano, onde a cidade tem seu planejamento e seus projetos voltados ao incentivo às atividades sociais ao ar livre que incluam proteção, segurança, um espaço razoável, mobiliário e qualidade visual (Ghel, 2013). Algumas cidades do mundo mostram como é possível que ambientes públicos e privados possam funcionar como equipamentos de inclusão e de aprendizado. Alguns exemplos são Nova York, onde, temos a Praça Josie Robertson: o local recebeu a intervenção da arquiteta Byrony Roberts, que faz parte do movimento "cidade neurodiversa", que defende a proliferação de espaços públicos voltados para cidadãos que estejam dentro do espectro autista ou que tenham algum tipo de transtorno de atenção, como Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH); a cidade de Sonoma, também nos Estados Unidos, com um Centro Habitacional planejado buscando mitigar a sobrecarga de estímulos (Revista ABRINC, 2023); a cidade espanhola de Valência, que está usando pictogramas para ajudar seus moradores autistas a atravessarem a rua com segurança: a medida teve início no bairro La Torre, onde estão sendo pintadas 44 faixas de pedestres (que cruzam as vias para chegar ao centro ocupacional para pessoas com TEA), pois mesmo que, para muitos, atravessar a rua com segurança seja um hábito comum, para outros é um desafio e tanto. É o caso de algumas pessoas com TEA, e foi pensando nelas que a Câmara Municipal de Valência iniciou um projeto piloto que envolve a pintura de pictogramas em faixas de pedestres. A sinalização indica os movimentos: "pare, olhe, semáforo, atravesse". Os pictogramas azuis (cor que representa o autismo), são claramente visíveis e ajudam as pessoas que precisam sequenciar logicamente as ações necessárias para atravessar a rua com segurança. A medida pode ajudar, inclusive, mães que passam por situações perigosas quando seus filhos se agitam por quererem atravessar com o sinal vermelho.

Prefeitos e governos em cidades ao redor do mundo estão colaborando com designers, arquitetos e comunidades locais para propor e implementar "soluções concretas e inovadoras" para um espaço urbano inclusivo, seguro e sustentável. A cidade de São Paulo terá, em 2024, o primeiro centro ocupacional para pessoas autistas do país. O serviço será um espaço de convivência para pessoas com TEA, familiares e a comunidade, visando estimular a autonomia, a participação e a

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 51

inclusão, além de ser um espaço de cuidado para que as pessoas se sintam acolhidas, atuando junto a rede municipal de serviços, principalmente as de saúde e educação. O local previsto, que será na Zona Norte da capital, pretende oferecer à comunidade as seguintes atividades:

- teatro, dança, música e cinema;
- quadra poliesportiva, ginástica e piscina para aulas de natação/hidroginástica;
- capacitação e palestras com diversas temáticas voltadas às pessoas com TEA, como saúde, educação e trabalho;
- atividades da vida diária;
- acompanhamento na rede municipal.

É obrigação do Poder Público adotar políticas de inclusão para pessoas com deficiência, lembrando que a necessidade de ambientes apropriados para pessoas com autismo estabelece diversos parâmetros que incidem na qualidade de vida. A rede municipal de São Paulo oferece atendimento a pessoas com TEA por meio dos CERs (Centros Especializados em Reabilitação) e outros equipamentos da saúde, além da articulação com as pastas como Educação, Cultura e Esportes. A teoria parece óbvia, mas, na prática, muitas infraestruturas ainda deixam a desejar, proporcionando apenas o que é exigido pela lei, o que não é o suficiente. Para que as pessoas com autismo usufruam uma experiência cultural completa, é necessário entender as especificidades de suas demandas e ampliar os suportes disponíveis.

Como pudemos perceber, encontrar opções de lazer e interação inclusivas, infelizmente, ainda é uma tarefa difícil. Seja qual for a deficiência da pessoa, nem todos os eventos são gratuitos ou adaptados e prontos para recebê-las com qualidade. Quando voltamos nosso olhar mais uma vez para a cidade de São Paulo, nos deparamos com espaços urbanos privados, cuja lógica é a produção e reprodução capital, adequando seus estabelecimentos para acolher o público elegível do espectro autista.

Buscando alcançar as pessoas com TEA, o São Paulo Futebol Clube, atendendo sugestões da Torcida Organizada Autistas de Poá e atendendo às demandas referentes à acessibilidade de PcD, desenvolveu um projeto para viabilização do que será o primeiro Espaço do Autista em estádios de futebol no mundo, com as devidas obras de infraestruturas em conformidade com as pessoas portadoras de Autismo (São Paulo FC, 2021). Além disso, o São Paulo Futebol Clube sinalizou que o espaço também receberá público para jogos e eventos e, fora das datas dos jogos, será oferecido espaço para atendimento, clínicas e palestras focadas no autismo, acessibilidade e PcD.

A mesma “preocupação” em incluir todos os tipos de torcedores foi levantada a partir da criação do Espaço TEA, sala dedicada à pessoa dentro do espectro autista, na Arena Corinthians. Mas o time não parou por aí, além da sala exclusiva, com capacidade para

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 52

160 pessoas e vista panorâmica para o gramado, o clube também investiu na capacitação da equipe que realiza o Tour da Arena com o objetivo de proporcionar um atendimento inclusivo e de excelência às pessoas com deficiência intelectual e TEA.
Vemos também alguns shoppings preocupados em, cada vez mais, atrair esse público, proporcionando opções de entretenimentos e lazer inclusivos, como o Projeto Ingresso Azul da rede Cinemark, que acontece mensalmente e adapta a exibição de filmes para receber o público com TEA. Com tratamento especial para que os espectadores fiquem à vontade — volume mais baixo que o convencional, luzes da sala acesas e início sem propagandas e trailers — as sessões tornam a experiência mais confortável e inclusiva.

Já o Centro de Tradições Nordestinas, por exemplo, oferece desde abril deste ano fones de ouvido para crianças com hipersensibilidade auditiva e pulseiras de identificação para aquelas com autismo. Na hora de assistir ao show, há uma área reservada para pessoas com deficiência, física ou intelectual, na frente do palco, junto de seu acompanhante.

Em 19/06/2023, o Aeroporto de Congonhas ganhou uma sala especial para ampliar a inclusão de crianças atípicas. A ideia é que crianças com desenvolvimento neurológico fora do padrão se sintam mais à vontade e mais seguras para encarar uma viagem de avião.
Todavia, tais iniciativas passam a falsa ideia que políticas públicas estão acontecendo, melhorando a quantidade e qualidade dos espaços urbanos da cidade de São Paulo, tornando-os agradáveis, bem planejados e cheios de vida. O marketing urbano (re)constrói a imagem dos espaços públicos e transforma uma cidade em uma mercadoria que é gerida como uma empresa dentro da lógica do capital. E se a cidade é um produto, este é vendido para quem? Nesta sociedade conturbada por princípios capitalistas, em que a voz do capital acaba por dar os retoques nos espaços nos quais convivemos, onde estão as pessoas autistas? Em que espaços? Fazendo um paralelo ao pensamento de Redin, Zitkoski e Wurdig (2003, p. 115-116), quando questionam onde estão nossas crianças nas cidades:

> Confinadas em suas casas ou em escolas ou nos shoppings e em alguns outros espaços restantes ou sobrantes (enquanto não forem ocupados pelo progresso urbano industrial e pela especulação imobiliária para a ordem dominante).

Da forma como a cidade se estruturou, optando pela lógica do mercado e pelo consumismo numa sociedade de desiguais, de incluídos-excluídos, a cidade morre todos os dias um pouco como espaço de convivência, de encontro e solidariedade.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 53

A realidade é franca e amarga, pois as cidades estão embargadas de espaços preparados apenas para o mundo neurotípico adulto, enquanto muitas pessoas com TEA ocupam os lugares menos privilegiados e talvez os mais sufocantes da sociedade. Oferecer aos jovens uma educação de qualidade, independentemente de suas habilidades, raça, idioma, religião, gênero ou status econômico, também é algo fundamental para criar uma sociedade urbana inclusiva. Nessa luta por reconhecimento à neurodiversidade também nos ambientes acadêmicos, surgiu o Coletivo de Estudantes Autistas da USP (CAUSP), criado em 2021, com o objetivo de possibilitar a ampliação da permanência estudantil de alunos diagnosticados com autismo. O coletivo criou diretrizes para nortear o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, proposta essa intitulada Política de Acessibilidade Pedagógica.

Falar de adaptação curricular é falar de equidade nas oportunidades de aprendizado, porque adaptar é oferecer acessibilidade. A essa altura não precisamos dizer, novamente, que acessibilidade vai muito além de rampas. Acessibilidade é permitir a entrada e garantir a participação de todas as pessoas nos mais diversos contextos da vida, inclusive a educação.

Conclusão:
Quando as cidades se adaptam para serem mais acolhedoras para uma “minoria”, todos saem ganhando. Calçadas melhores beneficiam qualquer cidadão, não apenas idosos; uma sinalização melhor para deficientes visuais é benéfica a toda população e uma cidade mais silenciosa, com planejamento urbano voltado para as necessidades dos autistas, se torna mais confortável para a população geral. Cidades acessíveis são aquelas que ajudam — e não dificultam — a locomoção das pessoas, que estimulam a interação entre a cidade e a população. São mais agradáveis e convidativas, menos opressivas.

A noção do Direito à Cidade foi formulada pelo filósofo francês Henri Lefebvre e tem sido amplamente adotada por quem pensa, trabalha e luta por um espaço urbano mais democrático e inclusivo. Essa ideia emerge das diferentes formas de opressão da vida cotidiana no contexto urbano e expressa o desejo por uma nova forma de construir a cidade e viver nela. Uma cidade só terá alma se garantir a vida plena e digna de todos. E a vida exige também beleza, gratuidade, cultura, solidariedade e bem-querer (Redin, 2007, p.52).

Diante das leituras realizadas, entendemos que ao menos sete pontos são fundamentais para uma cidade se apresentar inclusiva e acessível para toda população: mobilidade urbana, escolas inclusivas, bibliotecas acessíveis, locais de trabalho inclusivos e abertos à diversidade, serviços públicos de saúde gratuitos, audiodescrição, e tecnologias de leitura visual e espaços públicos pensados para a convivência na diversidade. Quando ouvimos falar em “cidades acessíveis”, logo

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 54

associamos às pessoas com algum tipo de deficiência, pois são esses indivíduos que diretamente sofrem as consequências com ambientes urbanos mal planejados, porém, torna-se imprescindível ampliar essa visão e passar a pensar em cidade disponível para todos. É preciso superar o capacitismo — o preconceito com pessoas com deficiência — e entender a sociedade como um espaço diverso, com múltiplas diferenças e pessoas de todos os tipos, gêneros, gostos, interesses e, também, deficiências.

Por fim, chegamos à constatação de que a cidade de São Paulo necessita caminhar celeremente no processo de inclusão das pessoas com TEA, não relegá-las à condição de "humanidade excedente", invisíveis aos olhos do Estado e, consequentemente, excluídas socialmente. A governabilidade deve envolver a comunidade autista, ouvir suas necessidades e perspectivas ao desenvolver políticas públicas e iniciativas inclusivas. Cada pessoa autista é única, e é essencial considerar a diversidade de necessidades e preferências ao promover a inclusão em ambientes urbanos.

Deixo aqui algumas inquietações:

1- Seria possível a prefeitura da cidade de São Paulo analisar a experiência da cidade de Valência-Espanha (faixas de pedestres com pictogramas) para quando o Centro Ocupacional para pessoas com TEA for planejado na Zona Norte?

2- Com relação à Política de Acessibilidade Pedagógica, criada pelo CAUSP, como fazer chegar a proposta, ou melhor, o debate, em torno da aplicação do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil?

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 55

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ArchDaily Brasil, “Faixas de pedestres para pessoas com autismo são pintadas em Valência”.
GHEL, Jan. Cidades para as Pessoas. São Paulo. Perspectiva 2013.
Revista Eletrônica Neuroconecta, “É possível mudar o nível de suporte no autismo?”, São Paulo, 11/04/23.
Manual Estatístico e Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM 5), 5a edição, Artemed, 2014.
Revista Eletrônica ABRAINC, “Arquitetura Inclusiva: cidade pensada para pessoas neurodiversas”, 08/02/23.
Jornal da USP, "Coletivo Autista da USP apresenta “Diretrizes para acessibilidade pedagógica”", por Daniela Queiroz, SP. 23/01/23.
Revista Eletrônica Habitality-Impacto Positivo, “ODS 11: conheça os objetivos da ONU para as cidades.”.
Lei Federal: 12.764 de 27/12/2012.
Lei Federal: 13.861 de 19/07/2019.
Lei Federal: 13.977 de 08/01.2020.
Lei Municipal: 17.502 de 03/11/2020.
@coletivoautista (Instagram).
LEFEBVRE, Henri. Direito à Cidade. São Paulo. Centauro Editora.
REDIN, Euclides. ROMANINI, Rosane. Outra cidade é possível. 2007.
REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José e WÜRDIG, Rogério Costa. Escola Cidadã e Políticas Públicas para a Cidade Educadora: desafios para repensar a vida em nossas cidades desde a perspectiva da infância. In. Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”. Pelotas. Ano 1 n• 1 - Julho 2005.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 56

UMA MONITORA, VÁRIOS PERCURSOS E ALGUMAS REFLEXÕES

Leila Santana Passos

Este relato visa a apresentar minha experiência no programa de monitoria em "Apropriações do Urbano", ministrada no primeiro semestre de 2023 pela prof.ª Dra. Márcia Gobbi. A disciplina tem entre seus objetivos ampliar a compreensão da cidade em que nos situamos, debater sobre usos de desenho e fotografia em ambientes educacionais e pensar as relações entre o meio urbano e a infância. Assim, por meio de aulas expositivas e estudos de campo, as estudantes e os estudantes são convidados a refletir sobre as diversas vivências infantis em São Paulo. Mas, o que um relato de monitoria de uma disciplina tem a ver com o urbano e as demais temáticas desdobradas de tantos debates em sala de aula? Portanto, nestas páginas, escolhi contribuir com a produção de pensamentos oriunda da participação na disciplina referida e sua repercussão em mim. Creio ser importante para que pensemos, como monitoras, sobre a ressonância deixada em nós pelos conteúdos, falas e relações construídas ao longo de um semestre que passa a nos constituir como estudantes e pessoas atuantes na sociedade.

Pretendo apresentar neste relato os caminhos que me levaram a participar desse programa, assim como as vantagens de revisitar a disciplina por outro viés, já que, enquanto aluna, tive aulas com outra professora. Tanto as discussões em aula quanto os trabalhos de campo foram essenciais para a minha formação, especialmente por se relacionarem à minha área de interesse em pesquisa. Pude, ao longo do semestre, descobrir novos caminhos para entender o lugar da criança no mundo adultocêntrico, que as submete a violências tanto no meio social quanto no privado.

Sucintamente, tudo começou no meu primeiro semestre de pedagogia, quando tive vontade de ser monitora. Já conhecia o cargo por conta da minha experiência em outra universidade, na qual os monitores me ajudaram a superar dificuldades matemáticas muito grandes. Quando entrei na FEUSP, não foi diferente: logo no início, tive a oportunidade de sanar diversas dúvidas (até mesmo sobre a faculdade em si) com os monitores dessas primeiras disciplinas, que inclusive foram muito solícitos.

Entretanto, apenas no terceiro ano da graduação pude vivenciar isso. Como o primeiro ano foi remoto, o segundo foi dedicado à minha adaptação na cidade, à busca de estágios e ao controle do estresse que isso tudo causou. Então, a chance demorou para vir.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 57

Como faço iniciação científica, decidi me inscrever no programa, em disciplinas que se relacionassem à minha área de estudo. Por isso, apesar de ter feito Apropriações do Urbano com outra professora, entendi que seria produtivo explorar um novo olhar sobre a mesma temática. Além disso, assim eu poderia entrar em contato com autores que seriam interessantes para o meu projeto.

Contudo, como sou estagiária remunerada na Creche Central, não é possível o acúmulo de bolsas, então a inscrição aconteceu de maneira voluntária. Infelizmente, tive alguns problemas com o sistema do Júpiter. Aparentemente, a modalidade "voluntária" era uma novidade e, portanto, entrava em conflito com a minha bolsa de estágio. Então, por meio de uma longa jornada entre contatar a Pró-Reitoria de Graduação e a professora, ficou combinado que seria emitido um documento após o período de aulas, confirmando assim a realização da atividade.

Após esse trâmite, eu e as outras três monitoras realizamos uma reunião com a professora Márcia Gobbi, na qual nos apresentamos e discutimos sobre nossas expectativas para a disciplina. Debatemos métodos avaliativos, conteúdos e buscamos encontrar maneiras de dividirmos as tarefas entre nós.
Finalmente, as aulas tiveram início no começo de maio, já que a disciplina seria, nessa ocasião, condensada. Logo nas primeiras conversas, abordou-se a importância do caminhar; de olhar a cidade por vieses que jamais nos permitiríamos sem certo exercício intelectual. Afinal, em uma matéria que explora as relações entre infância e cidade, nada faria mais sentido do que um incentivo à descoberta de novos caminhos.

> Walkscapes é um convite ao leitor para esse andar vadio pelas ruas, chamado por Oiticica de delirium ambulatorium, que dialoga com a prática caminhatória que Careri, membro fundador do grupo Stalker, chama de transurbância neste livro, que não seria um andar pelas ruas conhecidas, mas um atravessar esses outros territórios urbanos, um tipo de travessia, como o atravessar a zona mutante do filme homônimo. (JACQUES, 2013, p. 9)

E assim fizemos durante o semestre. Tivemos três passeios com propostas diferentes, de maneira que cada um conversava muito bem com a temática explorada pela professora ao longo das semanas anteriores. Porém, como estávamos estudando o direito à cidade pelas crianças, assim como as marcas deixadas por elas no meio urbano, tivemos primeiramente uma aula ministrada pela doutoranda Lilith Neiman, uma das orientandas da professora, na qual ela compartilhou alguns detalhes sobre o seu processo de pesquisa com crianças em situação de rua na avenida Paulista. Particularmente, como pesquisadora, achei muito interessante saber quais foram os principais desafios enfrentados por alguém que já está em um lugar que eu almejo: o doutorado.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 58

Enfim, o primeiro passeio foi a ida ao assentamento Irmã Alberta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na qual pudemos ouvir a história da Maria, uma das militantes da causa. Foi muito gostoso participar desse momento. Tivemos um café da manhã coletivo, ouvimos e compartilhamos histórias de luta e de vida. Depois, andamos pelo assentamento, e assim pudemos conhecer outros moradores e terras.

Além da experiência maravilhosa, a aula seguinte ao passeio foi dedicada à troca de impressões sobre o que vivenciamos no assentamento. Esse momento foi muito interessante, porque foi a oportunidade de tirarmos dúvidas e conversarmos sem julgamentos. No meu caso, lembro de questionar a linha tênue entre ser um militante e somente um morador do assentamento, já que essa foi uma problemática abordada pela Maria. Assim, em aula, pudemos debater sobre e, agora, sinto-me mais próxima do movimento, já que o compreendo melhor e percebo nele a importância do papel das lutas das mulheres e das crianças.

> Considerando essas questões reais da vida no campo, a educação infantil, mesmo sendo instituída na Constituição Federal, só vai se realizar como política pública com a organização popular e de luta das mulheres, pois no campo, como sempre na história do Brasil, os direitos sociais estão bem distantes de suas populações. Podemos evidenciar que em muitas comunidades, nas quais as mulheres estão organizadas, se mobilizam para reivindicar dos órgãos municipais condições adequadas e dignas para as crianças. No caso do MST, são vários os exemplos de luta, das mulheres e das crianças Sem Terra que ocuparam prefeituras e secretarias municipais de educação pelo direito à educação infantil no campo. (RAMOS, 2021, p. 166)

Nas aulas seguintes, exploramos o direito de brincar e a apropriação das ruas pelas crianças nesse viés. Fomos apresentados ao projeto “Motoca na Praça”, desenvolvido pela EMEI Armando de Arruda Pereira. O projeto busca integrar as crianças à praça da República, lugar pouco associado ao público infantil. No entanto, para além da praça, os pequenos fazem diversos caminhos – de motoca –pelos arredores da escola com as professoras.

Apesar de não termos visto a execução na prática, porque o projeto não acontece aos finais de semana, pudemos conversar com a idealizadora do projeto. Assim, revisitamos as discussões em aula sobre a falta de lugares para as crianças na cidade: não falta só o lazer, mas também garantias de direitos básicos, como o de locomoção. O trânsito, por exemplo, não é pensado para ninguém mais senão os adultos, que conseguem atravessar rapidamente os rápidos semáforos.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 59

> Face a esse direito, ou pseudodireito, o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência. Através de surpreendentes desvios - a nostalgia, o turismo, o retorno para o coração da cidade tradicional, o apelo das centralidades existentes ou recentemente elaboradas - esse direito caminha lentamente. A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade. Esta última reivindicação se anuncia indiretamente, como tendência de fugir à cidade deteriorada e não renovada, à vida urbana alienada antes de existir "realmente". A necessidade e o "direito" à natureza contrariam o direito à cidade sem conseguir eludí-lo (Isto não significa que não se deva preservar amplos espaços "naturais" diante das proliferações da cidade que explodiu). (LEFEBVRE, 2011, p. 117)

Em seguida, a disciplina continuou apresentando discussões sobre as dificuldades das crianças na cidade. Agora, abordamos a fome e a miséria. Por meio do documentário “Limpam com fogo” (2016), ao qual assistimos uma parte em aula, pensamos na realidade paulistana e conversamos sobre as violências em diversas áreas da cidade. Embora seja muito triste a possibilidade de fazermos essa correlação até hoje, é muito importante que nós, como pedagogas, compreendamos a realidade das crianças que atendemos.

> Interessa pensar e observar as crianças. Vivendo em uma fronteira, delimitada inclusive espacialmente pelos gradis que as separam da rua e de todos que passam, colocados pelos funcionários da Prefeitura Municipal de São Paulo, elas estão em uma espécie de confinamento que delineia, em certa medida, o estado em que se encontram, e, mais ainda, como nos encontramos, do ponto de vista das relações estabelecidas com o outro na cidade. (GOBBI, 2019, p. 13)

Ao fim do semestre, conhecemos um pouco mais sobre o trabalho da professora com desenhos infantis e suas relações com raça, gênero e classe social da criança. Novamente, além de abrir nossas mentes para algo que está inserido no cotidiano escolar, foi igualmente interessante perceber que os docentes também passam por diversos processos e complicações em suas jornadas acadêmicas. A Márcia e a Lilith, como mencionei anteriormente, foram ótimas fontes de inspiração para mim, visto que muitas vezes sentia certa solidão na elaboração da pesquisa.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 60

Após o encerramento das aulas, houve a visita ao cemitério da Consolação. Apesar de eu não ter participado por conta de algumas questões pessoais, gostei muito da ideia do passeio. O cemitério, muitas vezes negligenciado, é casa de diversas obras de arte com as quais não temos contato no cotidiano. Portanto, achei o passeio inovador.

Dessa forma, posso concluir que o programa de monitoria é essencial para quem busca carreira acadêmica ou, simplesmente, deseja ter a chance de retomar o conteúdo aprendido por outra perspectiva. O contato próximo ao docente é uma oportunidade maravilhosa de entender como as coisas funcionam para o outro lado e, assim, a trajetória estudantil torna-se mais completa.

Por fim, recomendo especialmente a participação em “Apropriações do Urbano”, especialmente como monitora, mas também como aluna. Conforme citado anteriormente, entender a realidade das crianças que nos cercam é o que nos permite repensar nossas práticas profissionais e nos sensibiliza para que entendamos que os pequenos são, assim como boa parte de nós, negligenciados em seus direitos como cidadãos. Como podemos mudar isso? Sugiro que se inscrevam na disciplina para que possamos refletir juntas.

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5: P. 617

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOBBI, Marcia Aparecida. Quando limpam com fogo, como ficam as crianças? Vidas abreviadas, vidas breves. In: **Educação e Pesquisa**. Vol. 45 São Paulo: 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945213815

JACQUES, Paola Berestein. O grande jogo do caminhar. In: CARERI, Francisco. Walkscapes: O caminhar como prática estética. 1. ed. São Paulo: G. Gilli, 2013, p. 7-17.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. In: **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011. p. 105-119.

RAMOS, Márcia Mara. **Infância no campo**: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST. Tese de doutorado - UERJ. Rio de Janeiro. 2021. p. 164-168.

“Vila Iório das Tags”: a presença das crianças nos muros e a produção de paisagens urbanas

Amanda Cristina de Oliveira[1]
Maria Julia Rodrigues[2]

Inquietações: as crianças também “pixam”?



O percurso aqui descrito teve lugar na Zona Norte da cidade de São Paulo, mais precisamente, Freguesia do Ó, na Vila Iório das Tags[3]. Nossas inquietações começaram a partir de uma festa de pichadores na “Praça do Pecado”[4], em comemoração aos 20 anos da griffe[5] RT (“Risca Tudo”)[6]. Duas crianças com uma lata de spray pichavam a praça, mas foram repreendidas. O argumento da repressão era o de que não seria bom que se pichasse por ali durante o evento para não chamar a atenção dos moradores. Foi essa situação, por outro lado, que nos motivou a investigar a presença das crianças na “pixação”/“movimento de tag” e suas relações com o urbano.

Ao voltarmos ao local da marca deixada pelas crianças[7] naquele dia, conhecemos as tags “MENOK”[8] e “GSO”[9]. E passamos a nos perguntar: onde estão as narrativas e os entendimentos das perspectivas infantis sobre a pichação, o movimento de tags e suas relações com a cidade? Como pensar as práticas infantis de apropriação da cidade por esses movimentos?

[1]Estudante de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).
[2]Estudante de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).
[3]“Tag”, entre os pichadores, é o desenho do “vulgo” (o nome ou apelido) do “tagueiro” (aquele que faz a “tag”) em uma superfície.
[4]José Benedito da Silva é o nome oficial da praça.
[5]“Griffe” é o coletivo de pessoas que assinam o nome do grupo junto a sua tag, normalmente em tamanho menor que a tag.
[6]Griffe fundada em 2003, na zona noroeste, pelos tagueiros Gil, Leko, Bochecha e Bibo para representar a quebrada nas ruas de São Paulo.
[7]A pichação e a “tag” são práticas massivamente consideradas atividade de homens adultos. Seja na TV, nos estudos acadêmicos, documentários, narrativas, meio artístico e diversos outros meios de comunicação, o discurso adulto centrado é evidente. Porém, como veremos, a atividade de realizar tags e pichações se inicia quase sempre na infância, sendo isso um fator muito importante para a continuidade da prática do movimento.
[8] MENOK é tagueiro e pichador desde 2021, estudante, morador da zona noroeste e uma das presenças principais no desenvolvimento deste trabalho. Além de ser referência de originalidade para outros “menores” da região.
[9] GSO é tagueiro desde 2021, estudante, morador da Vila Iório e também presença fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. É conhecido na região pela quantidade expressiva de tags e a pouca idade.

As questões são muitas. Porém, pela brevidade deste ensaio e o recorte territorial proposto por nós, discutiremos os tópicos de apropriação do urbano por duas crianças[10] do movimento de tag, MENOK e GSO, ambos com 13 anos atualmente, mas que marcam os muros com suas tags desde os 10 anos de idade. Buscamos entender como a prática de caminhar pelo bairro e marcar seus vulgos[11] nos muros contribuem para as suas relações com a cidade e para o processo de produção de memória do bairro da Vila Iório.

A cena do movimento de tag e a pichação na Vila Iório: uma breve explicação

A "Vila Iório das Tags" carrega consigo um contexto histórico muito específico relacionado à cultura da tag. No passado, essa região era conhecida por atrair muitos tagueiros em seus eventos culturais ligados à cultura hip-hop. Nessas ocasiões, era comum que os jovens criassem suas próprias tags, trocassem folhinhas e, ao voltarem para suas respectivas regiões, realizassem o percurso riscando e, assim, estabelecendo laços entre diferentes localidades. Essa dinâmica histórica contribuiu para a consolidação da Vila Iório como um local emblemático e representativo do movimento de tag, no qual as agendas são numerosas e fazem parte da identidade cultural do bairro.

Porém, mesmo sendo importante na região, segundo LOST[12], há muita confusão a respeito do que sejam "tag", "pixação" e "graffiti":

> Eu entendo que hoje o tag está mais concentrado em alguns locais da cidade e que a população local sabe o que é tag e o que é pixação. Mas na nossa Vila se perdeu muito isso. Na Vila Iório antes tinha essa percepção da própria sociedade ali em torno do movimento, sobre o que era tag e o que era pixação, hoje tá mais enfraquecido, pra eles tudo é pixação. Passaram-se muitos anos e a galera não renovou, não teve muitos adeptos ao movimento, e aí fica tudo generalizado como "pixação". (LOST, entrevista às autoras em 12 jul. 2023.)



Figura 2 – "Agenda" na Vila Iório. (Rodrigues, M.J. 2023.)

A partir disso, mesmo sendo grande o fluxo de trocas entre esses movimentos artísticos, cabe aqui diferenciar a pichação do movimento de tag. "Pixação" é a escrita com letras altas e alongadas, geralmente em preto e branco, e é conhecida por sua estética agressiva e anárquica. Segundo XISTO[13], os pichadores costumam escalar prédios, viadutos e outras estruturas públicas para deixar suas marcas em locais de difícil acesso, desafiando os limites impostos pelo espaço urbano, buscando visibilidade e durabilidade numa cidade de previsibilidades e efemeridades.

Já o movimento de tag é a prática de rabiscar nos muros, realizada principalmente por crianças e adolescentes "de menor"[14], sendo considerado, por isso, um dos movimentos mais democráticos dentro das artes urbanas. Além disso, pode-se uti-

[10] Aqui, consideramos crianças até os 16 anos de idade. Essa escolha se deve ao protagonismo da infância no movimento de tags como continuadoras dessas práticas, contribuindo para o movimento e com a produção de novas paisagens urbanas e formas de praticar os espaços da cidade.[2]Estudante de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

[11] "Vulgo" é um termo utilizado para se referir ao nome ou apelido pelo qual uma pessoa é popularmente conhecida, especialmente quando difere do seu nome oficial.

[12] LOST, morador da zona noroeste de São Paulo, é pai de quatro filhos, grafiteiro e tagueiro. Além de ter a própria tag espalhada pelas ruas desde 2003, é precursor do personagem de grafite Palhaçada.

lizar diversos tipos de materiais para deixar marcas pela cidade: giz, squeezer, spray, tinta e outros.

Vale ressaltar que, entre os tagueiros, existe uma crescente migração do giz para o spray. Isso se deve a uma hierarquização histórica entre o movimento de pichação e o de tags, em que as escritas com spray "atropelam" (ou seja, se sobrepõem) as tags de giz por considerá-las inferiores, já que os sprays são mais resistentes à ação do tempo e também alcançaram, recentemente, maior notoriedade no meio artístico de rua. Assim, alguns tagueiros passaram a adotar o spray como uma forma de tornar mais duradoura sua presença nas ruas e, de certo modo, competir por espaço com a pichação. Por outro lado, ainda se nota a persistência da utilização de giz por parte do movimento de tag como uma forma de resistência e de preservação das técnicas utilizadas no seu surgimento, além de ser um material mais barato, que pode, inclusive, ser feito em casa. A utilização de diferentes materiais torna, sem dúvida, a prática mais democrática e acessível, mas também um ponto de conflito entre os tagueiros, como mostra o relato de LOST:

> Bom, falar um pouco do tag que é importante, para galera saber diferenciar tag e pixação, apesar de parecer a mesma coisa para um leigo, mas a gente sabe que tem diferença. Por muito tempo, tag em São Paulo era só um sinônimo de rabisco com giz, né? Era mais a molecadinha, mais jovens ali, muitos saíram do tag pro pixo, mas enfim, hoje o tag é a parte mais democrática do movimento de rua, de arte urbana, ele utiliza diversos tipos de material pra deixar marca, seja giz, squeezer, spray, tinta, enfim. Pra mim, eu considero a parte mais democrática do movimento por isso. Nos últimos anos, posso dizer que muitos tagueiros migraram do giz para o spray, tag de spray, e aos poucos foram conquistando mais respeito no meio da arte em geral. Antes disso os rabiscos eram atropelados pelos sprays, né?, e a gente não gostava disso, e acabou forçando essa evolução no movimento pra não morrer. Não digo morrer, mas se tornar algo irrelevante. Apesar de ter uma grande parte dos tagueiros que ainda utilizam giz, mais com essa resistência, ainda há controvérsias e discórdia dentro do movimento sobre isso. Mas o tag segue vivo nas ruas aí com grande representatividade, quase três décadas já e a gente tem muito orgulho disso. (LOST, entrevista às autoras em 12 jun. 2023.)

O percurso pela Vila Iório buscando as tags MENOK e GSO

Para iniciar, é importante apresentar o conceito de percurso utilizado tanto em nossa caminhada pela Vila Iório como por aqueles que deixam suas tags pela cidade. Para De Certeau (1984), um percurso configura-se pelas movimentações realizadas no cotidiano do contexto urbano, ou seja, as viagens dos indivíduos, nas quais desenvolvem táticas para disputar a narrativa sobre determinados espaços. Logo, os percursos são formas de resistência e criatividade, pois são neles que utilizamos nossas habilidades para estabelecer relações e interagir de maneiras não institucionalizadas. Essa prática permite a criação de um espaço vívido e possibilita uma nova maneira de apropriação do urbano. Em consonância com essa ideia, nosso trabalho trata das reflexões a respeito desses dois percursos em uma mesma trajetória. Primeiro, o percurso já posto pelas próprias tags de MENOK e GSO, produzido anteriormente pela andança dos dois pelo bairro. O segundo percurso é o realizado por nós para este trabalho, a partir do uso de fotografias[15].

[3] XISTO, criado na Companhia de Habitação Popular (COHAB) II – Itaquera, na Zona Leste, se envolveu no movimento tag, na pichação e no grafite em meados de 2018, é um dos criadores do "pixo" C.A.P (Comando das Artes Proibidas) e da griffe R.M.C (Rabisco Muito Crew). Atualmente morador da zona noroeste de São Paulo, é pai e um dos principais intermediários que possibilitaram esta pesquisa.

[14] Os adultos que entrevistamos retomam sempre o lugar da infância, o "ser de menor", para falar sobre a sua aproximação com as atividades de marcar a cidade, sendo uma prática muitas das vezes passada de pai para filho.



Figura 2 – “Agenda” na Vila Iório. (Rodrigues, M.J. 2023.)

MENOK e GSO iniciaram suas trajetórias juntos, na zona noroeste de São Paulo, a partir da amizade entre os dois. Suas primeiras marcas nos muros já causaram estranhamento aos tagueiros do RT pois, ao verem as tags MENOK e GSO, até então desconhecidas, junto ao símbolo da “griffe”, questionaram-se sobre as pessoas que estavam se apropriando da marca do grupo. Ao descobrirem que se tratavam de crianças, membros da “griffe” conversaram com eles, os orientaram sobre a dinâmica de hierarquia das “grifes” e a forma de entrada aceita pelo grupo, que consiste em ser convidado como reconhecimento de sua trajetória no movimento. Nesse primeiro momento, os meninos foram proibidos de fazer a grife até que conquistassem visibilidade nas ruas. Segundo MENOK, duas semanas depois, ambos foram convidados oficialmente para assinar a grife.

O nosso percurso foi construído a partir do uso de fotografias como registro e sustentado pela ideia de flâneur de Walter Benjamin (1935), segundo a qual as andanças deveriam ser realizadas com atenção para observação do social urbano, permitindo que o nosso caminhar passasse a ser a fonte principal desta narrativa antropológica e investigação do cotidiano produzido pelas tags das crianças na Vila Iório.

Nosso trajeto tem como ponto de partida a primeira tag vista na festa de 20 anos da RT. Ao começar nossa caminhada, percebemos que reconhecer tags é um exercício do olhar, pois suas linhas e modos de fazer são próprios de um código que não é tão claro para quem está do lado de fora do movimento.

[15] Ao realizarmos o relato fotográfico do percurso proposto, foi possível construir uma nova percepção desse mesmo bairro. O ato de fotografar um percurso e evidenciar uma narrativa retoma o conceito de viagens como deslocamentos no espaço que proporcionam novas perspectivas, ou seja, partimos de um ponto desconhecido para investigar algo novo. “A saída de campo instiga um novo olhar e a fotografia é um meio estratégico de registro dessa percepção, que é pautada por desfamiliarização e memórias.” (CAIUBY, 2020, p. 280). Nossa escolha pelo preto e branco nas fotografias das tags e agendas se deu pela possibilidade de extrair dessas fotos a dramaticidade das texturas das marcas pela cidade. Além disso, como posto por Puls (2016), a fotografia em preto e branco ressalta o conflito e as contradições, as cores branco e preto (luz e sombras) se negam o tempo inteiro. Essa escolha pareceu-nos, portanto, evidenciar os conflitos expressos na cidade e as disputas de narrativas sobre o urbano presentes nas marcas deixadas por aqueles que negam as imposições do uso produtivo de uma cidade, como um registro daquilo que a cidade tenta “esconder”.



Figura 4 – Exercite seu olhar. Esta fotografia exemplifica um dos desafios e achados de nosso percurso. A efemeridade das produções em muros, a ação do tempo, a inserção de uma tag em muros que já contam uma história, tudo isso produz não somente uma continuidade, mas também uma nova história. (Rodrigues, M.J. 2023.)

Segundo Ingold (2007), o desenho e a escrita foram separados pela modernidade ocidental, sendo o desenho subestimado e colocado no âmbito da arte, e a escrita, no da tecnologia. Porém, para o autor, o desenho é uma essencial fonte de conhecimento, ou seja, é uma produção que deixa inscrições no ambiente e na imaginação, uma forma de caminhar e de expressão que permite uma compreensão da vida social, pois se assemelha ao contínuo e a convergência das linhas das relações sociais. Em consonância com esse pensamento, Pereira (2018, p. 26) relata que os pichadores "não escrevem nos muros, mas desenham palavras nele". Dessa maneira, ao refletir e rememorar nas fotografias as formas pelas quais as tags são produzidas, nas quais cada tagueiro tem seu estilo e traçado, produzindo uma tag única, chegamos à conclusão de que eles também *desenham* seus vulgos nas paredes.



Figura 5 – Tag MENOK. (Oliveira, A.C. 2023.)



Figura 6 – MENOK e o símbolo da griffe RT em spray no muro entorno da Praça do Pecado. (Oliveira, A.C. 2023.)

Logo, não é apenas uma escrita, seu valor não se encontra apenas no que se escreve, mas também na estética, já que há uma elaboração profunda em como a tag é desenhada. Temos, por exemplo, a tag MENOK, elaborada a partir da sua visibilidade no movimento, por ser "de menor", e K, da letra inicial de seu nome. Assim, MENOK e GSO se inscrevem na cidade e se expressam a partir do desenho de suas tags, compreendendo a vida social presente na Vila Iório em seus percursos produzidos. Para Francesco Careri (2002), o caminhar é não só uma forma de ver as paisagens, mas também uma maneira de produzir paisagens. Logo, a prática de inscrever "vulgos", as tags, na cidade pelas crianças, em suas andanças, é uma maneira de construir essa nova paisagem urbana carregando uma narrativa, ou seja, evidenciando a sua passagem por aquele ponto de observação. Fazer o percurso das inscrições de MENOK e GSO nos muros do bairro da Vila Iório assemelha-se às caminhadas dos jovens *stalkers* (Michaelis/VOLP), de que fala Careri (2002), tentando sair da cidade mais conhecida para ver além dos muros, sejam eles visíveis ou não, explorando espaços que não aparecem nos guias turísticos por serem espaços marginais, em constante transformação.

Ao ouvir os relatos de que o movimento de tag, desde de seu início, foi fomentado por crianças e adolescentes desejando rabiscar seus nomes e apelidos nos muros, e verificar a continuidade desse movimento também por crianças, como MENOK e GSO, é possível pensar em crianças que se apropriam, que exploram, intervêm e produzem meios-espaços, ou seja, criam espaços praticados (ver CARERI, 2017).

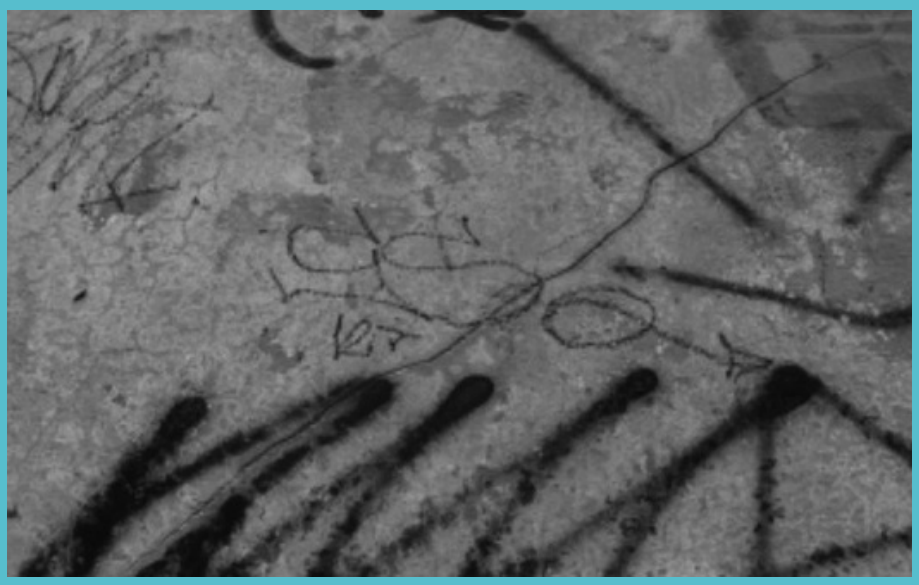


Figura 7 – GSO e o símbolo da griffe RISCATUDO em giz em muro da Vila Iório. (Oliveira, A.C. 2023.)

As tags de crianças na produção de memória de um bairro

A "agenda", no movimento do tag, consiste em um espaço, geralmente muros e fachadas, que resistem ao tempo. Esses espaços percorrem gerações de tagueiros, une os indivíduos que por ali já passaram fazendo seu percurso e que escolheram deixar suas marcas em um lugar que resiste às efemeridades do urbano. Desta forma, a agenda é um recurso de produção de memória pública,

conta a história daqueles que interagem e se apropriam não somente dela, mas da cidade, em suas caminhadas. É um documento, mesmo que efêmero, pois podem ser apagadas a qualquer momento com uma nova pintura, o que representa uma disputa de narrativas sobre determinados lugares. É a demonstração de que não é mais um não-lugar ou um grande vazio, mas um espaço praticado e vivido (ver CARERI, 2017).



Figura 8 – GSO em uma agenda. (Oliveira, A.C. 2023.)



Figura 9 – Giz sob chapa - XISTO e GSO na soma. (Oliveira, A.C. 2023.)

A Vila Iório é um bairro conhecido por possuir agendas de muitas datações. Poder ver uma agenda em nosso percurso e verificar a presença da tag de crianças nela nos evidencia a contribuição dessas crianças para a produção de uma memória histórica do bairro. Afinal, as disputas narrativas da cidade também se inscrevem na infância e juventude. Para MENOK e GSO, estar nessas agendas junto a outras referências no tag é um dos grandes prazeres, poder "somar" no movimento deixando suas marcas.

Outra fonte histórica no movimento tag e de pichação são as "folhinhas", a única forma de preservar com autenticidade a tag original do indivíduo sob um material que pode ser guardado. Dobrada em diversas partes simetricamente ou desenhada de forma livre, as folhinhas são feitas em demonstração de parceria entre os que ali deixaram sua marca. Cientes da efemeridade da sua arte nos muros e ruas, tagueiros e pichadores guardam com muito zelo e orgulho essas folhinhas em suas coleções. A presença das crianças nelas nos revela suas contribuições para a produção de documentos.

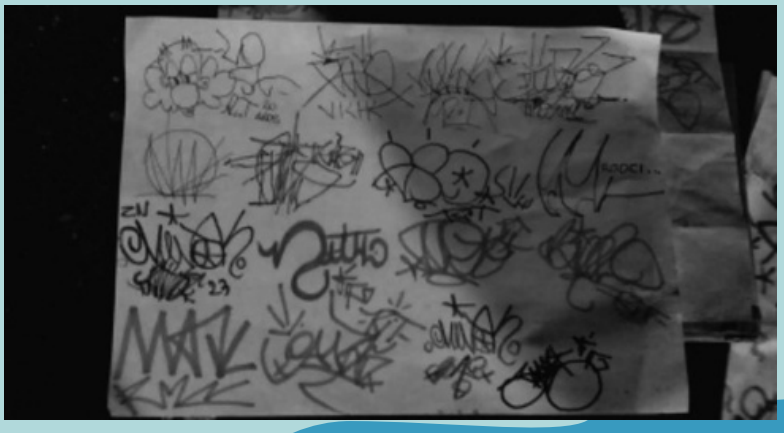


Figura 10 – Folhinha. (Rodrigues, M.J. 2023.)

Como proposto por Gobbi (2014), o desenho infantil pode ser apontado como um documento que revela o universo sociocultural em que as crianças estão inseridas. Em consonância, trazemos a perspectiva para nosso campo, em que o desenho dos vulgos das crianças nas folhinhas são formas de também compreender a sociabilidade dos espaços onde estão inseridas. Portanto, encontrar “MENOK” na folhinha (Fig. 9), uma documentação da cena dos tags naquele momento, revela uma cidade que também contém narrativas de crianças, que também abriga suas práticas, suas interpretações e produções, mesmo que essa cidade não seja feita, planejada e pensada para elas.

Conclusão

Realizar esse percurso nos permite presenciar uma cidade que é composta por diversas narrativas. Mesmo que o espaço urbano tente esconder e silenciar algumas delas, evidenciando e privilegiando outras, a nossa presença cotidiana e atenta nos permitiu reconhecer as produções que se atrevem a rebelar-se ao silenciamento e participar da produção desses espaços. Em uma cidade onde as narrativas infantis são supridas, olhar a cidade – e, aqui, a Vila Iório – pela marcas das crianças MENOK e GSO, nos traz a perspectiva de que o movimento de tag está o tempo inteiro produzindo narrativas subversivas e novas apropriações do urbano, ou seja, estabelecendo outras redes de sociabilidades urbanas.

Poder ver o encaixe dos desenhos de GSO em pequenos espaços ainda existentes em uma agenda de longa datação e a quantidade expressiva de tags de MENOK na Praça do Pecado, nos revela os olhos atentos de crianças que procuram espaços para demarcar suas narrativas e produzir novas paisagens urbanas, desafiando os espaços destinados pelas normas dominantes da cidade. Além disso, verificar que as crianças são produtoras e contribuidoras de documentos históricos, sejam eles efêmeros como as agendas ou as folhinhas, permite reconhecer que elas são agentes produtores de história, de memória e de narrativas do seu contexto social. Portanto, ver um muro, não como uma imposição de fazer, mas, sim, de possibilidades, é a maior contribuição que as crianças tagueiras podem nos ensinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, W. **Passagens.** Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imesp, 2007 [1935].

CARERI, F. **Walkscapes:** o caminhar como prática estética. São Paulo: G. Gili, 2017.

CAIUBY. S. Voyages as exercises of the gaze. **Vibrant,** v. 16, 2019. p. 1-29.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOBBI, M.A. Mundos na ponta do lápis: desenhos de crianças pequenas ou de como estranhar o familiar quando o assunto é criação infantil. **Linhas Críticas,** 2014, 147–165. https://doi.org/10.26512/lc.v20i41.4265

INGOLD, T. **Lines:** a brief history. Londres: Routledge, 2007.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** 2016. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>.

PEREIRA, A.B. **Um rolê pela cidade de riscos:** leituras da pixação em São Paulo. São Carlos: EDUFSCar. 2018.

PULS, M. Cor ou preto e branco? Razões de uma escolha. **Zum.** 2016. Disponível em: <https://revistazum.com.br/radar/cor-ou-pb/>

REVISTA FUTURO DO PRETÉRITO
ISSN 2675-455X - http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito
NOV. 2023 - VOL. 3 - N. 5 - P. 71

PARTICIPE, A REVISTA É SUA!

Queremos saber o que você está achando da nossa revista

Envie sua sugestão, elogio, crítica ou outros comentários para o e-mail:

revista.futuro.preterito@gmail.com